INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NA GUINÉ-PORTUGUESA (1960 -1973)

Djibril Camará

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Ana Monica Fonseca, Professora Auxiliar
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NA GUINÉ-PORTUGUESA (1960 -1973)

Djibril Camará

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Ana Monica Fonseca, Professora Auxiliar
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2025

RESUMO

O processo de libertação da Guiné-Portuguesa (atual Guiné-Bissau) contra o colonialismo português foi marcado por uma longa e estratégica luta armada liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956 por Amílcar Cabral. Inicialmente pautado na mobilização política e sindical, o movimento radicalizou-se após o massacre de Pindjiguiti em 1959, quando trabalhadores portuários foram mortos por forças coloniais durante uma greve pacífica, o que gerou revolta e fortaleceu a opção pela via armada. A luta armada começou formalmente em 1963, ganhando força com a realização do Congresso de Cassacá (1964), que definiu a estratégia político-militar do PAIGC. Nesse mesmo ano, ocorreu a Batalha de Como, um confronto emblemático da resistência guineense. A guerra de libertação foi marcada por avanços significativos do PAIGC, que chegou a controlar grande parte do território. Em 1970, o regime colonial português tentou enfraquecer o movimento com a operação Mar Verde, uma ação militar falhada que visava assassinar líderes do PAIGC e desestabilizar o governo de Conakry, na Guiné-Conakry, onde o PAIGC tinha apoio. Apesar disso, o movimento continuou avançado até que, em 24 de setembro de 1973, o PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, reconhecida por diversos países e, posteriormente, pela ONU.

Palavras-Chaves: PAIGC; Amílcar Cabral; Luta armada; Colonialismo português; Guiné-Bissau; Resistência anticolonial.

ABSTRACT

The struggle for the liberation of Portuguese Guinea (now Guinea-Bissau) from Portuguese colonial rule was marked by a long and strategic armed struggle led by the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC), founded in 1956 by Amílcar Cabral. Initially based on political and trade union mobilisation, the movement became radicalised following the Pindjiguiti massacre in 1959, when dockworkers were killed by colonial forces during a peaceful strike, an event that sparked outrage and reinforced the decision to take up arms. The armed struggle formally began in 1963, gaining momentum with the Cassacá Congress (1964), which defined the PAIGC's political-military strategy. That same year saw the Battle of Como, an iconic clash in the Guinean resistance. The war of liberation was marked by significant advances by the PAIGC, which came to control a large part of the territory. In 1970, the Portuguese colonial regime attempted to weaken the movement with Operation Mar Verde, a failed military operation aimed at assassinating PAIGC leaders and destabilising the government in Conakry, Guinea, where the PAIGC had support. Despite this, the movement continued to advance until, on 24 September 1973, the PAIGC unilaterally declared the independence of Guinea-Bissau, which was recognised by several countries and, subsequently, by the UN.

Keywords: PAIGC; Amílcar Cabral; Armed struggle; Portuguese colonialism; Guinea-Bissau; Anti-colonial resistance.

Índice

Introdução 4
Estado da arte 5
Estruturação político-militar do PAIGC 8
A reforma orgânica das Forças Armadas: 8
CAPÍTULO 1 - Contexto Histórico 10
1.1. FUNDAÇÃO DO PAIGC E A LIDERANÇA DE AMÍLCAR CABRAL (1956) 13
1.1.1. MASSACRE DE PINDJIGUIUITI EM 03 DE AGOSTO DE 1959, NA GUINÉ-PORTUGUESA 14
1.2. INÍCIO DA LUTA ARMADA EM 1963 15
1.2.1 O Desenvolvimento da Luta de Libertação Nacional na Guiné-Portuguesa e em Cabo Verde a partir de 1963. 20
1.2.2. Ações militares e sociais do PAIGC 26
1.2.4. A estratégia militar do PAIGC 28
1.2.5. O PAIGC deflagra a luta armada 30
Capítulo 2 - OS ANTECEDENTES DO CONGRESSO DE CASSACÁ EM 1964 34
2.1. CONGRESSO DE CASSACÁ DE 1964 37
2.2. Decisões 40
2.3. Reflexos positivos do congresso de Cassacá 43
2.4. Derrota política e diplomática do regime colonial português e consolidação do PAIGC 44
2.4.1. Criação de instituições nas zonas libertadas 44
2.4.2. O golpe de Estado em Portugal e o fim do império colonial 45
2.4.3. As páginas negras do congresso de Cassacá 45
CAPÍTULO 3 - BATALHA DE COMO EM 1964 47
3.1 Fatores da guerra de Como, Caiar e Catungo 53
3.2 As etapas da Operação Tridente 57
3.2.1. A última ofensiva portuguesa 62
3.2.2. Lacunas da operação tridente: perspetivas do PAIGC e das forças portuguesas 64
3.2.3. As consequências da Operação Tridente 65

3.3. ANTECEDENTES PRÓXIMOS E REMOTOS DA “OPERAÇÃO MAR VERDE,” REALIZADA EM NOVEMBRO DE 1970 66
3.3.1. Operação Mar Verde (1970) 68
3.3.2. As causas, protagonistas e objetivos da Operação Mar Verde 69
3.3.3. Objetivos militares da operação Mar Verde 70
3.3.4. Infraestruturas, alvos e meios da operação mar verde 71
3.3.5 Participantes e desafios da operação mar verde de 1970 73
CAPíTULO 4 - OS PREPARATIVOS PARA A INDEPENDÊNCIA DE 1973 75
4.1. Declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau em 1973 76
Conclusões 79
Referências Bibliográficas 83

Introdução

O objetivo geral desta dissertação consiste em analisar o processo de desenvolvimento da luta armada de libertação na Guiné-Portuguesa, no período compreendido entre 1960 e 1973, considerando os fatores políticos, sociais, militares e internacionais que influenciaram o desenrolar do conflito.

De forma mais específica, pretende-se avaliar as estratégias militares e políticas adotadas pelo movimento de libertação ao longo desse período, procurando compreender as suas dinâmicas internas e a sua eficácia no terreno. Procura-se igualmente explorar o impacto do apoio externo, nomeadamente através do fornecimento de armas e do treinamento militar por parte de países socialistas e de Estados africanos solidários com a causa da independência.

Outro eixo de análise centra-se nas respostas da administração colonial portuguesa, observando de que forma estas influenciaram tanto a condução da guerra no território guineense quanto a política metropolitana no contexto do regime do Estado Novo. Finalmente, serão analisados os desdobramentos do conflito, com destaque para o modo como este contribuiu de forma decisiva para a proclamação da independência da Guiné-Bissau em 1973.

Pergunta de partida

Neste sentido, teremos a seguinte pergunta de partida que guiará a nossa investigação: quais foram os principais fatores que impulsionaram o desenvolvimento da luta armada de libertação na Guiné-Portuguesa entre 1960 e 1973?

Hipótese

Um dos principais fatores que impulsionaram a luta armada tem a ver com o autoritarismo do regime colonial português sob o Estado Novo de Salazar, que cometia atrocidades, abusos e impunha trabalho forçado contra a população da Guiné. Além disso, o regime estabelecia um sistema extremamente repressivo, baseado na exploração econômica, na segregação racial e na ausência de direitos civis para a população. Outro fator que impulsionou diretamente o partido a recorrer à via armada foi o massacre de Pindjiguiti, ocorrido em 3 de agosto de 1959. Na ocasião, os grevistas reivindicavam pacificamente melhorias salariais e a redução da jornada de

trabalho, mas o regime colonial português respondeu com tiros, matando dezenas de manifestantes.

Problemáticas:

1. Quais eram as reivindicações dos trabalhadores portuários que participaram da greve em Pindjiguiti?
2. Quais foram os principais fatores que impulsionaram o início da luta armada portuguesa?
3. Como o PAIGC estruturou e desenvolveu as suas estratégias do combate e mobilização política?
4. Qual foi o contexto histórico e político que levou a realização do congresso de Cassacá de 1964?
5. Quais foram as principais resoluções e decisões tomadas durante o congresso?
6. Quais táticas militares empregadas pelo PAIGC na batalha do Como?
7. Quais foram os objetivos estratégicos da operação mar verde para o governo português em 1970?

Metodologia:

A metodologia adotada nesta investigação assenta numa abordagem qualitativa, recorrendo à pesquisa bibliográfica como principal técnica de recolha e análise de informação. Neste contexto, procedeu-se à identificação, seleção, leitura e exploração de diversas fontes escritas consideradas relevantes para a temática em estudo, incluindo livros, artigos científicos, dissertações, relatórios e outras publicações académicas. Esta abordagem permitiu reunir contributos teóricos e conceptuais fundamentais para a compreensão do objeto de estudo, bem como sustentar a análise crítica desenvolvida ao longo da investigação.

Estado da arte

De acordo com Silva, em 19 de setembro de 1956, domingo à tarde, intervindo num círculo de amigos convidados para o efeito, em Bissau, Amílcar Cabral propôs a constituição de um partido político para alcançar a independência da Guiné e Cabo Verde e defender a união entre

os povos guineense e cabo-verdiano, numa perspetiva geral de unidade africana. Seria o Partido Africano da Independência (PAI). A reunião durou cerca de uma hora, participaram seguintes elementos: Luís Cabral, Amílcar Cabral, Elisée Turpin, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Rafael Barbosa, foram poucos os presentes (a maioria de origem cabo-verdiana) e não há qualquer documento comprovativo. Elisée Turpin afirma que teriam sido «aprovados os Estatutos do PAI, elaborados por Amílcar». Criaram o partido com objetivo de lutar contra o colonialismo português e conquistar a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, inicialmente por meio da mobilização política e, depois, através da luta armada. Em 1956 foi fundada o partido com sigla do PAI (Partido Africano da Independência), as duas últimas letras (G.C) foram acrescentadas em Conacri por Luís Cabral em 1962, a liderança de Amílcar Cabral durante a luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde (1963-1973) foi marcada por sua inteligência estratégica, habilidades diplomáticas e visão política. Principais características da liderança de Amílcar Cabral, Estratégia Militar e Organização da Luta Armada: Em vez de uma guerra convencional, Cabral adotou a guerra de guerrilha, aproveitando o conhecimento do território e o apoio da população local, criando bases libertadas no interior da Guiné-Portuguesa, onde o PAIGC organizava escolas, hospitais e formas de governo popular. (Silva, 2006, pp. 8 - 9).

A primeira tentativa de reivindicações dos trabalhadores portuários foi em 6 de março de 1956. Tinham existido confrontos entre a polícia e os trabalhadores, os quais, pelos mesmos motivos, organizavam então uma greve. Nessa altura, porém, apesar de algumas detenções, a violência foi contida e os detidos acabariam por ser libertados por ordem do Governador Mello Alvim, a segunda foi em 25 de junho de 1959, com o abandono do trabalho e a devolução dos barcos caso não fossem atendido um aumento de vencimento e o último foi no dia 3 de agosto de 1959, os trabalhadores do porto de Pindjiguiti, em Bissau, organizaram uma greve reivindicando um aumento de salários, melhoria de condições do trabalho, redução das horas do trabalho, custo de vida era elevada (arroz, azeite de palma e peixe seco na circunstância foi recusada pela empresa casa Gouveia. Essa reivindicação tem muitas versões. Uma das versões diz que, quando os trabalhadores começaram a reivindicar, foram chamados pelos patrões para negociar, até que chegaram a um consenso em alguns pontos. De imediato, alguns trabalhadores começaram a dizer: Agora não queremos nada. Saiam da nossa terra, queremos a nossa independência. Foi então que a PSP (Polícia de Segurança Pública) começou a disparar tiros contra os manifestantes. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas, particularmente aqueles que trabalhavam para a Casa Gouveia, um monopólio comercial intermediário do grupo CUF (Companhia União Fabril), foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos. (Silva, 2006, pp. 8 - 9)

Segundo Luís Cabral, citado por Cabral, face à ameaça do uso da força, “os trabalhadores em greve fecharam o portão de acesso ao cais de Pindjiguiti, apanharam tudo quanto podia servir para se defenderem e aguardaram, poucos minutos depois ouviam-se os primeiros tiros: os soldados e a polícia tinham acabado de romper a frágil barragem do portão e penetravam no recinto do cais, atirando impiedosamente contra os grevistas, que, a princípio, ainda tentaram defender-se. Cedo, porém, depois de verem cair muitos companheiros, compreenderam que, diante da cruel realidade, a única solução era procurar fugir do cais, para escapar à morte” (Cabral, 1969, pp. 92).

De acordo com Sousa (2007), a luta armada começou porque, Portugal se recusou a conceder independência pacificamente, enquanto os africanos sofriam exploração e repressão. O contexto internacional favorável, o apoio externo e a inspiração de outras lutas de libertação ajudaram a impulsionar a guerra. (Sousa, 2007)

Segundo Cabral, O PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) estruturou suas estratégias de combate militar e mobilização política de maneira inovadora, combinando táticas de guerra de guerrilha com um forte trabalho de conscientização e organização das populações locais. Essa abordagem permitiu que o movimento resistisse ao exército colonial português e construísse uma base sólida para a independência da Guiné-Bissau e, posteriormente de Cabo Verde. No inicio, a manobra militar do PAIGC tinha a pretensão de dividir o território verticalmente em duas partes: a parte oeste, de Bissau, e a parte leste, polarizada em torno de Novo Lamego, o objetivo imediato era concentrar esforços para isolar a região de Bissau, cortando ao exército português a possibilidade de se movimentar livremente por todo o território, era uma estratégia arriscada, especialmente porque a região leste constituía o “chão” dos fulas, a segunda maior etnia, tradicionalmente fiel à soberania portuguesa. Os estrategas guerrilheiros acreditavam que, isolando Bissau, dificultariam decisivamente a defesa do Leste, obrigando as tropas portuguesas a uma retirada total da região, e não deixando aos fulas qualquer margem de manobra. Em seguida, lançariam a ofensiva final sobre Bissau. Os Mandingas, a maior etnia, constituíam a principal base de apoio e recrutamento do PAIGC. Foram eles que iniciaram a rebelião. (Cabral, 1977)

No ponto de vista de Luís Cabral, em fevereiro de 1964, o PAIGC efetuou o seu 1º congresso numa base de Guerrilheiros sita na floresta circundante da tabanca chamada Cassacá, no sul do país, os principais dirigentes presentes no congresso de Cassacá a direita do Amílcar Cabral, o Aristides Pereira, Chico Mendes e Nino Vieira; á esquerda, Luís Cabra e Osvaldo Vieira; na segunda fila, da esquerda para a direita, Rui Djassi, Constantino Teixeira e Domingos Ramos. (Luís Cabral, 1984, pp. 452)

Silva afirma que, um dos objetivos imperiosos deste congresso foi à tomada de medidas contra alguns dirigentes do partido (P.A.I.G.C.) que praticavam crimes contra a população, matando inclusivamente os próprios guerrilheiros, injustamente acusados de serem «feiticeiros» e, nessa qualidade, «acusadores da morte em combate dos companheiros de luta, na realidade, tratava-se de vinganças pessoais, chegando ao ponto de queimar pessoas vivas, quando, por exemplo, queriam roubar as mulheres dos habitantes das aldeias. Depois do congresso de Cassacá, o partido pôs em marcha estruturas administrativas funcionais para a gestão civil das populações das áreas ditas libertadas pelas Forças do PAIGC. Essa decisão permitiu evitar atos apontados como motivos da realização imperiosa do referido congresso. (Silva, 2004, pp. 128-129)

Estruturação político-militar do PAIGC

O partido passou por um processo de reorganização com o objetivo de fortalecer sua atuação na guerra de libertação, definindo estratégias militares mais eficazes para enfrentar o exército colonial português.

A reforma orgânica das Forças Armadas:

Como descrito por Luís Cabral, as unidades de guerrilha foram convertidas em uma força organizada, dando origem às Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Foram nomeados altos comandos militares para frente Sul, Norte e Leste, responsável pela criação de comitês inter-regionais em cada frente, além da nomeação de comandos regionais e setoriais, com uma subdivisão geográfica sob a supervisão direta do líder do movimento. Paralelemente, foram criados os serviços secretos do movimento, o departamento de logística foi estruturado para garantir o rearmamento das tropas, e as FARP passaram por um processo de superação combativa e especialização.

As táticas militares empregadas pelo PAIGC na batalha do Como, aos combatentes do PAIGC utilizavam táticas de guerrilha, realizando ataques rápidos e retiradas estratégicas, aproveitando seu conhecimento do terreno para evitar confrontos diretos prolongados. Antes do início da batalha, os guerrilheiros do PAIGC realizaram uma operação preliminar, mobilizando os chefes locais dessas três tabancas (Catungo, Como e Caiar) para aderirem ao partido. Passados alguns meses, esses chefes convenceram a população local, que passou a colaborar com o partido. Durante o combate, os guerrilheiros utilizavam os diques e escondiam-se nas bolanhas arrozadas. À frente de um grupo de combatentes, dirigiu a mobilização na zona que compreendia

os setores de Cubucaré, Quitáfine, Balana e Como. Ali, continuou na sua fase da luta armada. O trabalho por ele realizado nesse período, decisivo para as etapas que se seguiram, mereceu as melhores referências da direção do partido, dos combatentes e da população da zona, que lhe manifestaram grande afeição. (Luís Cabral, 1984, pp. 201)

Na opinião do Marinho, o plano consistia na realização de um ataque anfíbio à cidade de Conakry, capital da República da Guiné, com múltiplos objetivos estratégico. Pretendia-se, em primeiro lugar, destruir as lanchas rápidas fornecidas pela União Soviética ao PAIGC, estimadas entre seis a sete unidades, todas com mais de 25 metros de comprimento e armadas com lança-torpedos e mísseis. Outro objetivo era libertar os 26 prisioneiros de guerra portugueses, entre os quais se destacava o tenente António Lobato, piloto da Força Aérea Portuguesa capturado pelo PAIGC em 1963, após uma aterragem de emergência com seu North-American T-6. Além disso, planejava-se atacar e destruir o quartel-general do PAIGC, com a possibilidade de capturar Amílcar Cabral. Também se previa a destruição dos caças Mig-15 e Mig-17 estacionados no aeroporto de Conakry, a fim de impedir possíveis ataques aéreos durante a operação. Paralelamente, o plano incluía o desembarque de opositores guineenses da Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLNG), que haviam sido treinados durante sete meses pelos portugueses na ilha de Soga, no arquipélago dos Bijagós, superando as rivalidades tribais e religiosas existentes entre eles. Esses grupos foram preparados com uma instrução equivalente à dos Comandos Africanos, com objetivo de apoiar um golpe de Estado e capturar ou eliminar fisicamente o presidente Sékou Touré. A bordo dos navios envolvidos na operação já se encontrava um governo provisório preparado para assumir o poder. Entre os instrutores destacou-se o furriel dos Comandos Africanos Marcelino da Mata, que viria a distinguir-se durante a operação por atos de grande heroísmo. A estratégia portuguesa foi mais longe e visou também desacreditar a principal testemunha dos guineenses, o tenente Januário Lopes, que desertara durante o ataque a Conakry e que denunciara os pormenores da operação à comissão de inquérito da ONU, acusando Portugal da sua autoria. Agora, as autoridades portuguesas afirmavam que Januário Lopes fugira de Bissau para Conakry, em outubro desse ano, depois de saber que tinha sido acusado de ter matado um dos seus soldados. (Marinho, 2006, pp. 166)

CAPÍTULO 1 - Contexto Histórico

N'djai defende que, o processo de descolonização africana no século XX teve particularidades marcantes nas ex-colônias portuguesas, em virtude da rigidez do regime salazarista e da tardia aceitação de negociações por parte de Lisboa. Entre os casos mais emblemáticos está o da Guiné-Bissau, cuja luta de libertação foi marcada por uma notável organização político-militar, liderada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956 sob a liderança de Amílcar Cabral. A construção dessa trajetória de resistência foi precedida por eventos decisivos, como massacre de Pindjiguiti, ocorrido em 03 de agosto de 1959, que serviu como catalisador para a opção pela via armada, a repressão violenta à greve dos trabalhadores portuários de Bissau evidenciou o fechamento do regime colonial português ao diálogo, tornando a guerra uma alternativa inevitável. O início formal da luta armada ocorreu em 1963, com ataque ao aquartelamento de Tite. Nos anos seguintes, o PAIGC consolidou-se como a principal força de resistência, realizando o Congresso de Cassacá em 1964 marco de estruturação estratégica e política e protagonizando episódios decisivos como a Batalha de Como no mesmo ano. A resposta do governo colonial português incluiu ações de grande envergadura, como a Operação Mar Verde em 1970, que buscava desarticular o comando do PAIGC em Conakry, mas resultou em forte repercussão internacional negativa para Portugal. O processo culminou na proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973, reconhecida posteriormente por dezenas de países pelas Nações Unidas. Este artigo analisa esse percurso histórico, explorando os principais marcos políticos e militares que definiram a luta anticolonial na Guiné Portuguesa, com especial atenção à liderança de Amílcar Cabral e à capacidade organizativa do PAIGC.(N'djai, 2013, pp. 185)

A fase pré-insurrecional da guerra na Guiné começou, nos finais da década de 1950, com vários movimentos nacionalistas a contestar o poder colonial português e a disputar entre si o apoio dos países vizinhos na luta contra os colonizadores. A luta armada de libertação nacional na Guiné-Portuguesa teve início com as operações do exército da FLING na frente Norte (1960-1962). Sob proposta do primeiro presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, e a conselho do governo francês, dirigido por Georges Pompidou, seu colega de turma no Liceu Louís Legrand, em conluio com o então chefe de Estado Francês, o general Charles de Gaulle, e após ouvir os dirigentes dos respetivos partidos independentistas guineenses, foi decidida, na sequência da

reunião de concertação realizada em 1962, em Dakar (Senegal), a opção não militar pela independência. (N'djai, 2013, pp. 185)

Dali, e após entendimento prévio entre os governos senegaleses e francês e António de Oliveira Salazar, chefe do governo português, informado pelo cônsul-geral de Portugal no senegal, Sr. Gonçalo Ferreira, bem como confirmado pela França e pelo Senegal, procedeu-se imediatamente á retirada das forças da FLING que operavam no Norte da então Guiné-Portuguesa. Assim, cessaram as hostilidades e, aproveitando-se a oportunidade, o presidente Sékou Touré da Guiné-Conackry, então em conflito político acirrado com o presidente da República Francesa e com seus parceiros e protegidos africanos, sobre tudo os presidentes Léopold Sédar Senghor (Senegal) e Félix Houphouet-Boigny (Costa do Marfim), países francófonos limítrofes da ex-África ocidental Francesa, deu ampla liberdade de movimento ao PAIGC em seu território, entre outras vantagens não alcançadas nos anos de 1960 - 1961. (N'djai, 2013, pp. 185)

Seria, no entanto, o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), seguindo a senda da FLING, o segundo grande protagonista da luta armada de libertação nacional na Guiné. Atrás do presidente Sékou Touré alinharam-se, por solidariedade anticolonialista, anti neocolonialista e anti-imperialista, os países socialistas e os chefes de Estado africanos de mesma orientação política, em apoio ao movimento de Amílcar Cabral, que passou à ação armada. Essa opção única levou a rejeitar a estratégia de independência sem guerra, escolhida pelo grupo dos mais antigos partidos nacionalistas guineenses. Outras versões nos mostram que, em outubro de 1960, o partido de Cabral publicou uma carta aberta dirigida ao governo português, propondo-lhe uma solução pacífica para o problema colonial da Guiné e Cabo Verde e, em dezembro do mesmo ano, enviou o seu primeiro memorando à ONU. No entanto, perante as recusas óbvias de Salazar, Amílcar Cabral percebe rapidamente que a única forma de derrubar o poder colonial português seria com o recurso à luta armada.

Embora surpreenda a sua presumida ideia de solução pacífica para o problema colonial, os eventos iniciais indicam que, sem apoio humano, isso não seria possível. Alguns admitem que ele não possuía filiação política, nem em Bissau nem em Cabo Verde, antes de chegar a Conakry. Outros sustentam que Amílcar Cabral só conseguiu iniciar sua guerra após integração ao MLG, que se tornaria o MLGCV em 1960, na cidade de Conakry, com núcleo nacionalista de Cabo Verde. (N'djai, 2013, pp. 195)

No final de 1961, Amílcar Cabral teria mudado de estratégia, supostamente a conselho de Sayfoulaye Diallo e do Presidente Sékou Touré. A crescente tensão gerada por conspirações organizadas no exterior começou a abalar o regime político de Conakry. Além disso outro fator externo à política local teria provocado relações nebulosas entre o Presidente Sékou Touré e os

fulas, por um lado, e entre este e o próprio Amílcar Cabral, que se apresentava como filho de uma mulher fula (a segunda esposa do Armando Ramos). Esse contexto ocorreu num momento em que a transição pouco clara do MLGCV ao extinto PAI de Sayfoulaye Diallo poderia ter sido interpretada por Sékou Touré como uma provocação simbólica de seu adjunto fula, cuja etnia tinha peso decisivo na sua vitória no referendo de 28 de setembro de 1958, que determinou a forma de independência do país. Assim, a mudança de nome do primeiro partido político (MLGCV para PAI, que viria a se tornar PAIGC, pode ter sido um excesso incidental, para evitar confusão com O PAI comunista senegalês de Majmount (ou Majmut) Diop.

Este incidente, teria atiçado o conflito silencioso entre os dois principais líderes etnopolíticos mencionados da Guiné-Conakry. Partindo disso, seria, portanto, pertinente considerar imatura e situacionalmente imprópria a decisão do líder lusófono, quando este, provavelmente marcado por um duelo político velado que se alastrava por murmúrios centrados na indefinição das prerrogativas do componente guineense do movimento binacional de libertação, se precipitou ao afirmar sua liderança de forma exclusiva, apoiado pelo partido único e pelo governo da Guiné Conakry. (N'djai, 2013, pp. 195)

Do ponto de vista de Andrade, Amílcar Cabral considerou estratégico desvincular-se do escudo político representado pelo Movimento de Libertação da Guiné (MLG), estrutura que originaria posteriormente o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV) sua primeira formação política. Tal organização foi rebatizada como Partido Africano da Independência (PAI), por influência nominal do antigo partido de Sayfoulaye Diallo (Saifulai Djalo), destacado líder político e figura tutelar de Cabral nos primeiros anos de sua militância, sendo à época a segunda figura de proa na hierarquia política do país anfitrião. Apesar das hesitações iniciais quanto à via armada, Amílcar Cabral protagonizou o arranque da luta de libertação com o ataque ao aquartelamento colonial português de Tite, em 23 de janeiro de 1963. Ainda assim, é amplamente reconhecido e cronologicamente incontestável que a primeira ação armada ocorreu em Botchecul, no ano anterior, sob a liderança do comandante José Sanhá, antecedendo em cerca de quatro meses, ou seja, em agosto de 1962, o episódio de Tite. A partir desse marco, a atuação das forças nacionalistas intensificou-se progressivamente na Guiné, obrigando o aparato militar colonial português a empenhar recursos significativos em operações de contra-subversão, este esforço implicou um aumento substancial dos efetivos destacados para a região, embora tais medidas tenham se revelado insuficientes para conter a expansão e consolidação da guerrilha. O surgimento e fortalecimento dos movimentos nacionalistas na Guiné-Portuguesa, contudo, remontam ao início do século XX. Nesse contexto, destacam-se a fundação da Liga Guineense (1911-1915) e do Partido Nacional Africano (1921-1931), os quais

contribuíram para o amadurecimento da consciência política local e ofereceram os primeiros moldes institucionais à luta anticolonial. (Andrade, 1998, pp. 228)

1.1. FUNDAÇÃO DO PAIGC E A LIDERANÇA DE AMÍLCAR CABRAL (1956)

Lopes considera que, nos anos de 1950, as principais causas que impulsionaram o surgimento dos movimentos de libertação nacional foram: a ausência de qualquer sistema de ensino; o atraso económico e cultural, ligado à opressão administrativa e ao sistema policial fascista. Começaram a surgir diversos movimentos que contestavam a presença dos colonos em África. Grandes líderes africanos participaram na Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, na qual estiveram presentes 29 países africanos e asiáticos. O principal objetivo era delinear estratégias de liquidação definitiva do colonialismo nesses continentes. Após o regresso, começaram a surgir movimentos como o Movimento para Independência da Guiné (MING), que foi fundado por um pequeno grupo de civilizados embora tudo aponte para Amílcar Cabral seus auxiliares na granja de Pessubé, Movimento da Libertação da Guiné (MLG), Movimento Anticolonialista (MAC), Frente da Libertação Nacional da Guiné (FLING), partido africano para Independência (PAI), na Guiné Portuguesa; Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional da Libertação de Angola (FNLA) em Angola; e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em Moçambique, entre outros. De acordo com as fontes do PAIGC, o ato de fundação do partido teve lugar em Bissau, em 1956, nº 16 da Rua Vieira Machado, que era na altura a residência de Aristides Pereira e Fernando Fortes. (Lopes, 1982, pp. 42)

Silva ressalva que, em 19 de setembro de 1956, domingo à tarde, intervindo num círculo de amigos convidados para o efeito, em Bissau, Amílcar Cabral propôs a constituição de um partido político para alcançar a independência da Guiné e Cabo Verde e defender a união entre os povos guineense e cabo-verdiano, numa perspetiva geral de unidade africana. Seria o Partido Africano da Independência. A reunião durou cerca de uma hora, participaram seguintes elementos: Luís Cabral, Amílcar Cabral, Elisée Turpin, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Rafael Barbosa, foram poucos os presentes (a maioria de origem cabo-verdiana) e não há qualquer documento comprovativo. Elisée Turpin afirma que teriam sido «aprovados os Estatutos do PAI, elaborados por Amílcar». Criaram o partido com objetivo de lutar contra o colonialismo português e conquistar a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, inicialmente por meio da mobilização política e, depois, através da luta armada. Em 1956 foi fundada o partido com sigla do PAI (Partido Africano da Independência), as duas últimas letras (G.C) foram acrescentadas em Conacri por Luís Cabral em 1962, a liderança de Amílcar Cabral

durante a luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde (1963-1973) foi marcada por sua inteligência estratégica, habilidades diplomáticas e visão política. Principais características da liderança de Amílcar Cabral, Estratégia Militar e Organização da Luta Armada: Em vez de recorrer a uma guerra convencional, Amílcar Cabral optou por uma estratégia de guerrilha, aproveitando o conhecimento do território e o apoio da população local. No interior da Guiné-Portuguesa, o PAIGC estabeleceu bases libertadas, onde eram organizadas escolas, hospitais e formas de governo popular.(Silva, 2006, pp. 8 - 9)

1.1.1. MASSACRE DE PINDJIGUIUITI EM 03 DE AGOSTO DE 1959, NA GUINÉ-PORTUGUESA

Na opinião de Lopes, 03 de agosto de 1959 na Guiné-Bissau, frequentemente associado ao início do movimento de libertação nacional contra o colonialismo português. Essa data é marcada pelo massacre do Cais de Pindjiguiti, em Bissau, quando trabalhadores portuários entraram em greve foram brutalmente reprimidos pela polícia colonial portuguesa, esse acontecimento tornou-se simbólico na luta pela do país. (Lopes, 1982, pp. 42)

Silva destaca que, a primeira tentativa de reivindicações dos trabalhadores portuários foi em 6 de março de 1956 tinham existido confrontos entre a polícia e os trabalhadores, os quais, pelos mesmos motivos, organizavam então uma greve. Nessa altura, porém, apesar de algumas detenções, a violência foi contida e os detidos acabariam por ser libertados por ordem do Governador Mello Alvim, a segunda foi em 25 de junho de 1959, com o abandono do trabalho e a devolução dos barcos caso não fossem atendido um aumento de vencimento e o último foi no dia 3 de Agosto de 1959, os trabalhadores do porto de Pindjiguiti, em Bissau, organizaram uma greve reivindicando um aumento de salários, melhoria de condições do trabalho, redução das horas do trabalho, custo de vida era elevada (arroz, azeite de palma e peixe seco na circunstância foi recusada pela empresa casa Gouveia. Essa reivindicação tem muitas versões. Uma das versões diz que, quando os trabalhadores começaram a reivindicar, foram chamados pelos patrões para negociar, até que chegaram a um consenso em alguns pontos. De imediato, alguns trabalhadores começaram a dizer: Agora não queremos nada. Saiam da nossa terra, queremos a nossa independência. Foi então que a PSP (Polícia de Segurança Pública) começou a disparar tiros contra os manifestantes. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas, particularmente aqueles que trabalhavam para a Casa Gouveia, um monopólio comercial intermediário do grupo CUF (Companhia União Fabril), foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos. (Silva, 2006, pp.142 - 167)

Segundo Cabral, face à ameaça do uso da força, “os trabalhadores em greve fecharam o portão de acesso ao cais de Pindjiguiti, apanharam tudo quanto podia servir para se defenderem e aguardaram, poucos minutos depois ouviam-se os primeiros tiros: os soldados e a polícia tinham acabado de romper a frágil barragem do portão e penetravam no recinto do cais, atirando impiedosamente contra os grevistas, que, a princípio, ainda tentaram defender-se. Cedo, porém, depois de verem cair muitos companheiros, compreenderam que, diante da cruel realidade, a única solução era procurar fugir do cais, para escapar à morte”. (Cabral,1984, pp. 452)

1.2. INÍCIO DA LUTA ARMADA EM 1963

Outro aspeto referido por Pereira, a mobilização, a ação direta e o início da luta armada na Guiné-Bissau, integrado por um grupo de militantes da primeira hora (Aristides Pereira, Luís Cabral, Rafael Barbosa, Fernando Fortes e outros), o PAIGC desenvolveu uma série de ações de mobilização e reivindicação em Bissau, convictos de que ainda era possível lutar contra os colonialistas portugueses da mesma maneira que os outros faziam nas colónias francesas, ou como se fazia na Europa: manifestações, greves, reclamações, abaixo assinados, etc. Vindo de Angola, Cabral passou pela Guiné em Setembro, cerca de um mês depois do massacre de Pindjiguiti e disse aos seus companheiros: « Nós fizemos asneira aqui. Fomos mexer onde o inimigo é mais forte, na cidade. Vamos sair daqui, vamos mobilizar os camponeses, lá o inimigo tem pouca força.» Foi assim que se chegou à conclusão de que era preciso sair para ter uma voz no exterior. Dali o partido de Cabral em julho de 1960 começou a difundir panfletos de caráter político em várias regiões da Guiné sobre tudo nas zonas rurais convidando os guineenses a aderir ao partido e à luta “pela liquidação imediata da dominação colonial portuguesa na Guiné e Cabo Verde”. Em Conacri, segundo relatos, Cabral consegue montar, juntamente com os dirigentes que permanecem em Bissau, uma rede de células clandestinas em vários pontos da Guiné, com o objetivo de incrementar as atividades do partido. Além das cidades, o PAI atua também nas zonas rurais. Outro aspeto referido por Pereira, o massacre de Pindjiguiti permitiu ao PAIGC tomar consciência de forma mais direta do carácter violento de que eram alvo das ações de mobilização e de reivindicação nos centros urbanos, optando deliberada e inequivocamente por um afrouxamento da luta clandestina que se desenvolvia em Bissau e outros centros urbanos em favor de uma maciça mobilização dos camponeses nos meios rurais, na medida em que, como dizia Cabral, a luta contra os “tugas” colonialistas e contra imperialismo em geral. (Pereira, 2003, 141)

Enquanto a mobilização em Cabo Verde, começou nas cidades nos anos de 1958, mobilizavam-se jovens estudantes e trabalhadores para a causa da luta. Através do 3º. ciclo, que promoveu

várias iniciativas culturais, as quais a publicação de um boletim, foram mobilizados vários estudantes e trabalhadores. Quando o Abílio teve de abandonar Cabo Verde, devido as perseguições que começavam a ser-lhe movidas, deixou sementes de nacionalismo em chão fértil e, mais tarde, jovens que ele mobilizara integrariam a luta armada, enquanto outros participavam na luta política clandestina em Cabo Verde. (Pereira, 2003, 149)

Normas de Amílcar Cabral para a organização da luta clandestina em Bissau: direção centralizada, organizar e enquadrar as massas populares e todas as camadas sociais da população, agir com eficácia contra o inimigo, desenvolver formas próprias de ação em coordenação com as outras frentes de luta e de acordo com as exigencias da luta, segurança máxima nas ligações entre a organização clandestina e a direção geral do partido, educar os militantes para saber como se devem comportar em caso de prisão, enquadrar todos os militantes do partido que viviam no local.[1]

Questão sobre a luta na clandestinidade, entre as quais: correspondência, casos de militantes, comunicações, refugiados, defesa dos responsáveis, assinaturas, colaboradores do partido, emissões de rádio, distribuição de panfletos, viagem a Bolama, bandeira e medalhas do PAI, Bureau Político, Zonas e Secções, bases de trabalho, formação de quadros, entrada e saída de militantes, prisões pessoas de confiança, grupo enviado pelo MLG.[2]

Policarpo defende que, Amílcar Cabral reiterava que a sua luta não se dirigia contra o povo português, mas sim contra o regime instaurado na Guiné-Portuguesa, responsável por atrocidades, abusos e pela imposição de trabalhos forçados à população guineense. Ademais, Cabral afirmava que o maior inimigo do povo da Guiné era o próprio guineense que se aliava aos colonialistas para combater seus irmãos. A 23 de janeiro de 1963, o PAIGC dá início á sua guerra na Guiné com o ataque ao aquartelamento de Tite, muito perto de Bissau. Este ataque é protagonizado por quinze a vinte elementos do PAIGC os comandantes: José Sanhá, Malam Sanhá, Rui Djassi, Watna Na Lai, Inácio Soares da Gama, Humberto Gomes, Inocêncio Kani, Inácio da Silva, Paulo Correia, José da Silva, Mamadu N´djai, Abdulai Dja, José Nancassa, Lúcio Tombom, M´bana Cabra, Sunate Fó Na Forna, Paulo Malú, Catcheu Cá, Kletch de Sua, entre outros. Que atacam o quartel de mandrugada, provcando um morto e dois feridos entre as tropas portugueses. Os guerrilheiros mantêm o quartel sob fogo intenso durante meia hora e, na escaramuça sofrem três mortos. O ataque, no entanto, assinala simbolicamente o início da guerra na Guiné, embora a atividade subversiva do PAIGC já fosse anterior a esta data, se

[1] (1961), "Organização clandestina em Bissau", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39419 (2025-7-4)

[2] (1961), Sem Título, Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39353 (2025-7-4)

respeitarmos a real cronologia da sua história militar, pelo seguinte: Por iniciativa própria e com o objetivo de proteger um grupo de responsáveis desarmados do PAIGC encarregados de formar unidades de guerrilha no sul da Guiné-Portuguesa, o comandante José Sanhá realizou uma ação decisiva. Disfarçado com vestes típicas da etnia Balanta, que escondiam sua arma, Sanhá avançou sem levantar suspeitas por parte das tropas coloniais. Ao cruzar com uma unidade de reconhecimento portuguesa, composta por um caminhão de transporte de soldados e um jipe, procedente do quartel de Buba, atacou furtivamente, marcando simbolicamente o início da luta armada do PAIGC. Este episódio ocorreu em agosto de 1962, na região de Guilije. Dois messes depois, ainda em 1962, sob o comando do mesmo líder militar, o PAIGC realizou a operação de Botchekul, também conhecida como "aldeia da fome", que representou o primeiro ataque direto a um quartel colonial português. Essas ações são reconhecidas como as primeiras ofensivas militares do PAIGC, conforme atestado por comandantes históricos do movimento. A operação Botchekul, em particular, foi confirmada por Tchadi Sambú, que participou da ação como chefe de uma unidade militar.

Tchadi Sambú viria a se casar com o coronel Amara Camará, destacado comandante regional das forças do PAIGC durante a luta de libertação nacional. Posteriormente, Amara tornou-se coronel das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), sob a liderança do general Nino Vieira. No entanto, acabou sendo assassinado por traição durante o conflito político-militar que abalou a Guiné-Bissau entre 1998 e 1999, já no período pós-independência. (Policarpo, 2010, pp. 61 - 63)

A polarização política no seio do PAIGC, refletida ao longo da história militar da luta de libertação, especialmente após o assassinato do seu primeiro líder em Conacri, em 20 de janeiro de 1973, resultou na exclusão de figuras emblemáticas das FARP. Estas personalidades, embora respeitadas e admiradas pelos combatentes, eram deliberadamente marginalizadas e silenciadas pelo regime político dominado pelo clã de Cabral. (entrevista)

Do ponto de vista de Beija Santos, 1963 não é apenas o ano em que se desencadeia, com assinalável sucesso, a luta armada; é também um período vibrante que impõe a Amílcar Cabral múltiplos desafios. Ele já não conta diretamente com Rafael Barbosa, cuja impressionante capacidade de mobilização da juventude havia sido fundamental para a causa. A partir de Conacri tem a guerra para organizar, com a sua rede de apoios a partir da Guiné-Conacri tem que conduzir a luta ideológica, definir a guerra propagandística, encontrar apoios internacionais e manter a solidariedade com a luta dos outros movimentos independentistas das outras colónias portuguesas, nenhum dos seus colegas de direção tem a sua envergadura e visão. O PAIGC dispõe de pouco armamento, começaram a ser treinados os sapadores, ainda não se fala em artilharia. Os abastecimentos e as comunicações fazem-se através da Guiné-Conacri, Boké e

Kandiafara, quase à entrada do corredor de Guileje, são as principais localidades por onde se entra e sai. Ocupa-se a ilha do Como e utiliza-se este espaço como símbolo de território já libertado. (Beija Santos, 2016, pp. 24)

Pereira Sustenta que, desde o início da luta armada que a correlação de forças não cessou de progredir a favor do PAIGC, embora se tenha em linha de conta as limitações naturais de uma guerra de guerrilha e sobretudo o desnível técnico e quantitativo do armamento utilizado pelas forças coloniais e o utilizado pelos guerrilheiros do PAIGC. Não obstante ter-se criado o Exército Regular em 1964, a tendência favorável ao PAIGC só se começou a acentuar em 1968, fase que coincidiu com o período de maior debilidade económica do PAIGC. Essa conjuntura ocasionou situações de perda de moral combativa nos militantes e forte propensão por parte das populações para se entregarem às forças coloniais. Referindo-se a esta situação, Cabral alerta os combatentes através de uma circular: “Os tugas esperam que o nosso povo, em particular os nossos combatentes, se cansem da luta e comecem a desistir.” (Pereira, 2003, 189)

Durante a luta de libertação armada na Guiné-Portuguesa (atual Guiné-Bissau), conduzida pelo PAIGC, o conflito foi estrategicamente organizado em três frentes principais de combate: Norte, Leste e Sul. Cada uma dessas frentes contava com lideranças militares e políticas que desempenharam papéis fundamentais no avanço da luta contra o domínio colonial português.

Na Frente Norte, a coordenação esteve a cargo de Osvaldo Máximo Vieira, com o apoio de Francisco Tchico Mendes como adjunto. Entre os principais comandantes atuantes nesta frente destacaram-se Julião Lopes, Inocêncio Kany, Agostinho D' Almada, Martinho Carvalho e Lamine Cissé. Na Frente Leste, a liderança foi assumida por Domingos Ramos, tendo como comissário político Malam Queita. Francisco Mendes, antes de ser transferido para a frente Norte (na zona de Mores), também atuou como comandante nesta frente. Por fim, a Frente Sul foi coordenada por Rui Djassi, com Malam Sanhá como adjunto. Os principais comandantes que atuaram nessa frente foram João Bernardo "Nino" Vieira, que mais tarde se tornaria presidente da Guiné-Bissau, e Arafam N'djamba Mané. Essas frentes de combate e seus respectivos líderes foram decisivos para o avanço da luta de libertação e para a posterior independência do país, conquistada em 1973. (entrevista)

Mourão argumenta que, ao longo da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau, as forças coloniais deparavam-se com grandes dificuldades no teatro de operações na zona norte. Um dos fatores era o clima, que se mostrava insuportável e completamente diferente do que nos havia sido anunciado. Muito húmido, “escorregadio” e doentio, transpirava-se continuamente das 7 da manhã até às 6 da tarde. Uma sensação de permanente desconforto!

No teatro da Guiné, com exceção de Bissau e de meia dúzia dos locais escolhidos, não havia zonas boas ou razoáveis. Eram todas más ou piores que isso. Zonas de combate intenso,

permanente. A nós tinha-nos reservado Bissorã que, entre outras áreas operacionais, enquadrava o emblemático e temível Morés, de longo historial nesta guerra e do qual já muito me haviam falado os avisados Alferes e outros experimentados combatentes. Como fator positivo e muito significativo, decorria o facto de termos o privilégio de estarmos aquartelados numa das sedes dos 9 concelhos existentes na Guiné, uma excelente vila, recheada de gente boa e que muito nos ajudou durante a comissão, como depois melhor será revelado.

Morés estava situado no dominado Oio, a NE de Bissorã e ali dispunha o IN da sua mais importante base operacional do Norte e Oeste do território. A sua fama já vinha de longe. Cercada por inúmeras bases de menor dimensão, o Morés estava apoiado numa mata muito densa, de difícil acesso, com um emaranhado de caminhos a rodeá-lo e onde por isso, era muito problemático atingi-lo sem ser detetado com muita antecedência. Quanto ao potencial de fogo e número de elementos que compunham a sua guarnição, nunca houve dados concretos, pois as várias abordagens então feitas, jamais foram determinantes e esclarecedoras, embora a sua reação às nossas penetrações fosse sempre muito forte. Constituía um verdadeiro santuário para o inimigo, desde os alvores da guerrilha, e um lugar de muito respeito para nós. (Mourão, 2001, pp. 38 - 40)

Segundo Spínola, citado por Luís Nuno Rodrigues, quando chegou à Guiné, em março de 1968, António de Spínola estava já consciente de que a guerra que Portugal enfrentava naquele território não poderia ter um desfecho meramente militar. Numa diretiva datada de dezembro de 1968, o comandante-chefe afirmava claramente que a guerra da Guiné não podia ser ganha pela «força das armas», mas apenas pela «força da razão». daí que Spínola implementou a política de "Uma Guiné Melhor", enquanto governador e comandante-chefe das forças portuguesas na Guiné-Bissau (1968-1973), foi uma tentativa estratégica de conter o avanço do movimento de libertação liderado pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) durante a luta armada anticolonial. (Rodrigues, 2010, pp. 117)

De acordo com Rodrigues, a política de "Uma Guiné Melhor", implementada por António de Spínola duarante o período da luta armada na Guiné-Portuguesa, surgiu como uma tentativa de reconfigurar a estratégia portuguesa diante da crescente força do PAIGC. Essa política foi motivada por um conjunto de fatores políticos, militares e internacionais que evidenciavam o fracasso do modelo colonial trdicional. Uma das principais razões para essa mudança foi o fracasso da estratégia militar convencional adotada até então. Antes da chegada de Spínola, Portugal seguia uma abordagem centrada no confronto direto com as forças do PAIGC, sem obter os resultados esperados. O movimento independentista já controlava vastas áreas do território guineense e contava com um apoio popular cerscente, o que tornava a simples força militar insuficiente para reverter o avanço da luta armada. Outro fator crucial foi a necessidade

de conquistar o apoio da população local. Spínola reconheceu que a vitória portuguesa dependeria da adesão dos guineenses ao projeto colonial. A guerra não poderia ser vencida apenas nos campos de batalha. Por isso, a política de "Uma Guiné Melhor" procurava conquistar os "corações e mentes" da população, através da melhoria das condições de vida, apresentando-se como alternativas ao projeto de independência. Ao mesmo tempo, a política visava deslegitimar o PAIGC. Com a construção de escolas, centros de saúde, estradas e outros serviços públicos, o objetivo era mostrar que o processo e o desenvolvimento poderiam ser alcançados sem a ruptura com Portugal. Dessa forma, Portugal se apresentava como um parceiro de modernização, e não como um opressor colonial. Além disso, havia fortes pressões internacionais, a crescente condenação ao colonialismo português por parte da ONU e dos países africanos recém-independentes colocava Lisboa em uma posição delicada. A política de Spínola funcionava também como uma estratégia de propaganda externa, tentando melhorar a imagem de Portugal perante a comunidade internacional.

Por fim, Spínola pretendia criar uma alternativa ao independentismo, propondo uma "autonomia progressiva" dentro de uma estrutura federalista no seio do Império Português. Essa proposta contrastava com a rigidez do regime salazarista/marcelista, que rejeitava qualquer forma de concessão política.

Em síntese, a política de "Uma Guiné Melhor" representou uma tentativa de conciliação entre a manutenção da soberania portuguesa e a necessidade de reformas pronfundas. Procurava combater politicamente o PAIGC, atrair o apoio da população local e atenuar as críticas externas. No entanto, os resultados foram limitados. A influência do PAIGC continuou a crescer, culminando na proclamação da Guiné-Bissau em 1973. (Rodrigues, 2010, pp.117-120)

1.2.1 O Desenvolvimento da Luta de Libertação Nacional na Guiné-Portuguesa e em Cabo Verde a partir de 1963.

Conforme Cissoko, a ação direta, especialmente a decretada sabotagem económica e das vias de comunicação pelo nosso partido, em agosto de 1961, tinha dado os melhores frutos. Paralisámos, no essencial, a exploração económica do nosso povo, criámos uma insegurança permanente nas deslocações das tropas inimigas, eliminámos o imposto colonial em vastas extensões do país e castigámos com justiça os africanos servidores dos colonialistas. Entretanto, reforçamos a nossa organização e a influência do partido no seio das massas populares, melhorámos a preparação dos nossos combatentes e instalámos as bases da "guerrilha", necessárias ao desenvolvimento da nossa luta. (Cissoko,1977, pp. 24)

No espírito do rigor da investigação histórica, é fundamental trazer à tona casos que permanecem indelevelmente gravados na memória coletiva popular da luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau. São episódios que, embora silenciados ou marginalizados pela narrativa oficial do PAIGC, hoje amplamente desacreditada em diversos círculos, constituem elementos essenciais par a compreensão autêntica do processo de libertação. Em nome da verdade histórica, da ciência e da preservação do patrimônio imaterial dos combatentes, apresento aqui três episódios reveladores, representativos de uma memória incomum, porém incontornável. (entrevista)

O primeiro caso refere-se ao ataque ao quartel de Tite, ocorrido a 23 de janeiro de 1963, amplamente reconhecido como o marco inicial da luta armada. De acordo com testemunhos dos próprios protagonistas, Sunate Fó Na Forna foi o combatente que disparou o primeiro tiro, contrariando a versão oficial do PAIGC, que atribui essa ação ao comandante Arafam N'djamba Mané. Pouco tempo depois, Sunate abandonou as fileiras do PAIGC, por ter identificado prática internas com as quais não concordava. Alistou-se então do lado colonial, sendo posteriormente capturado e torturado pela inteligência militar portuguesa. As histórias que circulam sobre a sua resistência fisica às agressões golpes, punhaladas e disparos que não penetravam seu corpo, conferem-lhe um estatuto quase mítico. Após ser pendurado, amarrado e lançado ao mar, reapareceu vivo na aldeia de Foia, onde vivia um primo. Faleceu em 2018, na Tabanca Nova, no setor de Tite, sem jamais ter sido oficialmente reconhecido pelo papel que desempenhou. (entrevista)

O segundo episódio, conhecido como o caso de Klech, remonta a 1966. Natural de Sua, próximo à vila de Catió, Klech protagonizou uma missão suicida durante a travessia do rio Corubal, em Xexe, visando infligir baixas às tropas coloniais portuguesas estacionadas no quartel de Madina de Boé. Carregado de minas e granadas, aproximou-se em mergulho de uma lancha e um batelão repletos de soldados inimigos, detonando-se e causando a morte de mais de uma companhia portuguesa. O impacto desse ato externo de sacrificio ainda reverbera: alguns dos raros sobreviventes portugueses visitam periodicamente o local, onde, anos depois, foi gravado um vídeo, com presença de combatentes do PAIGC, transmitido pela televisão nacional. Segundo relatos, o comandante Nino Vieira assistiu à ação escondido na folhagem de uma árvore. O episódio teria motivado a retirada definitiva das tropas coloniais da região do Boé. Apesar disso, o nome de Klech raramente é lembrado nas narrativas oficiais, talvez por se tratar de um jovem aldeão da etnia balanta, cuja ação solitária não cabia nos moldes das hierarquias da história consagrada. (entrevista)

O terceiro caso, ocorrido em 19 de fevereiro de 1968, envolve o combatente M'bana Cabra, nas imediações do Aeroporto de Bissau, ele participou de missão especial inicialmente liderada por

André Pedro Gomes. Quando o grupo decidiu abortar a operação, enterrando as armas e recuando a nado pelo rio, M'bana recusou-se a recuar. Assumiu a liderança e prosseguiu com o plano, conseguindo infilitrar-se na zona designada, o comunicado oficial do PAIGC, contudo, atribuiu o sucesso da ação a André Pedro Gomes, apagando da história acoragem e a liderança efetiva de M'bana. Esses casos revelam uma constante ao longo da luta armada de libertação: a discrepância entre os feitos dos combatentes no terreno e o reconhecimento dado pela direção política e militar do movimento. Muitos daqueles cujas ações foram decisivas, mesmo diante de insucessos parciais, permaneceram à margem da memória oficial por serem figuras críticas, nacionalistas, frontais e com grande ascendência popular, ainda que suas trajetórias não se alinhassem completamente à ortodoxia do PAIGC, não podem ser apagadas da verdadeira história da libertação nacional da Guiné-Bissau. (entrevista)

Além disso, é preciso lembrar que as hostilidades armadas não começaram com ataque a Tite. Antes disso, entre 1960 e 1962, o exército da FLING já realizava ações contra o regime colonial, antecedendo as operações das FARP sob comando do PAIGC, que só se iniciaram em 1962. Este dado reforça a tese de que a luta pela independência foi mais plural e complexa do que sugere a narrativa oficial, e que muitos dos seus protagonistas continuam à espera de um devido reconhecimento histórico. (entrevista)

Retomando o cronograma da história militar de libertação da Guiné-Bissau, desta vez com base na versão oficial do PAIGC, é importante apresentar as ações desenvolvidas no terreno com o devido rigor, a fim de evitar a reprodução acrítica de narrativas inconsistentes sobre o processo de libertação do país do domínio colonial português. Na noite do ataque a Tite, as forças portuguesas foram alvo de uma emboscada na região de Fulacunda, na área de Buba, resultando na morte de dois soldados. Quatro dias depois, a guerrilha voltou a atacar na mesma região, provocando mais dois mortos e quatro feridos entre militares portugueses. Ainda no mês de janeiro de 1963, registaram-se as primeiras emboscadas na região de Bedanda, no sul do território, evidenciando a intensificação progressiva das ações da guerrilha nos meses subsequentes. (entrevista)

Em março do mesmo ano, o PAIGC logrou capturar dois barcos comerciais no porto de Cafine, o “Mirandela” e o “ Arouca”, que posteriormente seriam utilizados para o transporte de pessoal e de material logístico proveniente da República da Guiné-Conacri. Enquanto o PAIGC desenvolvia ataques no sul da província, o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) operava no norte, realizando ações contra povoações e emboscadas a viaturas militares. Neste período, as forças portuguesas já estavam distribuídas por dez pontos estratégicos do território da Guiné, totalizando cerca de cinco mil homens, segundo informações fornecidas pelo próprio PAIGC. O comando militar português, sediado em Bissau, contava ainda com apoio de meios aéreos

baseados no aeroprto de Bissalanca (AB2). A Força Aérea dispunha de pouco mais de 350 efetivos, com sete caças F-86F Sobre, oito aviões de ataque ligeiro T-6 Texan e quatro aviões ligeiros de transporte. Já a Marinha portuguesa contava com cerca de 300 militares, um contra torpedeiro, o "Vouga", duas lanchas de desembarque de pequeno porte e três lanchas de fiscalização da classe Bellatrix. (entrevista)

Como descrito por Cissoko, pouco tempo depois, as forças portuguesas totalizavam 5.650 homens, com um acréscimo de mais de um batalhão. O aumento significativo das ações de guerrilha no Sul explicava-se, obviamente, pela entrada ao serviço do PAIGC das embarcações capturadas à Marinha Portuguesa. Caracteristicamente, pelos resultados das operações meramente militares contra as forças do PAIGC, o exército colonial demonstrava incapacidade para conter o progressivo alastramento da guerrilha.

Por força maior, o comandante militar da Guiné, brigadeiro Louro de Sousa, comunicou ao governo de Lisboa as enormes dificuldades de mobilidade e de ação no terreno, para aguentar e estancar a ofensiva dos guerrilheiros do PAIGC, dotados de meios humanos e materiais eficientes, enquanto as Forças Armadas portuguesas penavam para sustentar batalhas praticamente perdidas no seu conjunto. Sugeriu o envio de mais homens, mais meios logísticos e mais armamento, para que Portugal não perdesse a guerra. Esse tratamento realista da situação militar mereceu atenção particular e resposta rápida do governo. A atitude do chefe militar da colónia contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma nova dinâmica militar alargada no território, com o objetivo imediato de recuperar a ilha de Como ação viabilizada apenas pela providência atempada de meios militares em homens e equipamentos. De acordo com relatório de Amílcar Cabral, as ações atribuídas à presumida data de 1961 não parecem corresponder à realidade daquele período, por duas razões principais, fundamentadas. Segundo Cissoko, os acontecimentos anteriores a agosto de 1962 época marcada pelos passos incipientes do primeiro semestre de existência do PAIGC, como ilustram os primeiros tiros do comandante José Sanhá no corredor de Guilége, durante a operação de resgate do primeiro grupo de infiltração no sul, intercetado por uma unidade de reconhecimento da tropa colonial procedente do quartel de Buba. e também em relação ao dia 23 de janeiro de 1963, data apontada por Amílcar Lopes Cabral, Secretário-geral do PAIGC, como marco inicial da luta armada de libertação nacional na Guiné-Portuguesa. (Cissoko, 1977, pp. 25)

Cissoko ressalva que, lido no terreno para averiguação, foi o nó da discórdia entre Amílcar Cabral e a FLING na sala de conferências da Bolsa de Trabalho de Conakry. In loco, a FLING acusou Amílcar Cabral de ter usurpado partes do seu relatório de ações na Frente Norte e no Sul pelas suas Forças Armadas na Guiné, dita Portuguesa. A disputa ocorreu perante os representantes do Partido Democrático da Guiné-Conakry (PDG-RAD), que impôs Amílcar Cabral para

secretariar a Conferência das organizações nacionalistas da Guiné Portuguesa presentes em Conakry.

De 1960 a 1962, no Norte da Guiné Portuguesa, guerreava o exército da FLING, do MLG e do MDG passaram para o PAIGC por causa do acordo da direção política da FLING com o governo português em prol de uma independência pacífica. Este acordo fez cessar sua ação armada no Norte, embora estivessem prestes a abrir a Frente Sul, transitando armamentos a partir do Norte. Uma parte da FLING formou (a FLING Combatente). A porção dos mais descontentes passou para PAIGC. Por isso, Amílcar Cabral dizia que nem toda gente era do seu partido, a fim de alertar aqueles que se alinharam com ele em Conakry, quando ele sequer tinha algum partido fundado por si na sua vida. Com a parte dos pós-guerra do MLG que o integrou, formou o MLGCV em Conakry, a concelho de Sayfoulaye Diallo e Sékou Touré. (Cissoko, 1977, pp. 25 - 27)

Os anos de 1960, 1961 e 1962 constituem um período tumultuoso nas relações entre as respetivas formações políticas nacionalistas guineenses. Num trecho de tempo em que as incertezas suplantam as certezas e, numa viagem fortuita, o certo se torna incerto devido a sucessivas reviravoltas. Era de esperar esse rosário de sobressaltos caracteristicamente indiciosos, desaguando, por sua própria lógica, na celebração de parcerias traiçoeiras. Um dos fatores desses perfis consecutivos parece ser não apenas o nível de escolaridade dos protagonistas envolvidos nessa crise de identidade estranha à realidade guineense, mas também a série de escolhas ambíguas: a sobrevivência na emigração forçada e a traição naturalmente mútua, quando o parceiro não transmite confiança nem oferece incentivos (recursos) de sobrevivência do mobilizado. Noutra face do cenário, o próprio agente de mobilização não inspira confiança entre a comunidade de refugiados políticos guineenses. Não obstante, a situação engrossou as fileiras da FLING, já em guerra no terreno, e, paradoxalmente, também o grupo de dissidentes de vários partidos que optaram pela via armada liderada por Amílcar Cabral, na sequência do abandono da luta por parte dos dirigentes da coligação inicial de partidos políticos com a FLING, esta comprometido com Senegal, a França e Portugal. (Cissoko, 1977, pp. 25 - 27)

Ainda assim, é aceitável reconhecer o que relata Amílcar Cabral sobre os resultados dos esforços e sucessos das FARP ao longo de seis anos de guerra e sacrifícios (1963-1969), partindo da sua própria cronologia e excluindo conscientemente, ao que tudo indica o sucesso e o impacto político-militar, económico e social da luta armada de libertação conduzida pela FLING. Cabral também omite a relevância dos comandantes de frente do PAIGC oriundos da FLING, do MLG e do MDG, atuantes entre 1960 e 1962, que mais tarde se destacariam no PAIGC, passando a dirigir frentes, subfrentes, corpos de exército e outras estruturas decisivas. (Cissoko, 1977, pp. 25 - 27)

Reafirmando a força do movimento de libertação nacional, o enraizamento da luta no terreno e a liderança firme e confiante do PAIGC, Amílcar Cabral declarou, com notável orgulho estratégico, os avanços alcançados no contexto da luta armada contra o colonialismo português. Segundo suas palavras, o movimento sabotou pontes, destruiu jangadas e comboios de veiculos portugueses, atacou patrulhas, destacamentos e quartéis, e causou mais de um milhar de baixas, entre mortos e feridos, entre soldados e oficiais inimigos. O PAIGC teria, ainda, apreendido os principais barcos a motor de transporte de mercadorias, interrompendo assim o eixo logístico da exploração colonial sobre amplas áereas do território guineense.

Com o controle das estradas e o isolamento dos centros urbanos onde estavam posicionadas as forças portuguesas, Cabral afirmava que, após seis anos de luta armada, todas as regiões situadas a sul dos rios Geba e Corubal estavam libertadas. Inclusive o próprio governo português, por meio de uma declaração do seu Ministro da Defesa Nacional, teria admitido que os combatentes do PAIGC controlavam uma parte significativa do território, ainda que estimada de forma modesta em cerca de 15%.

O desencadeamento da luta armada no norte do Geba e a expansão da guerrilha para a região ocidental do país, especialmente na zona de Binar-Bula, consolidaram os avanços do movimento e impuseram ao inimigo, mesmo nas suas principais bases, incluindo Bissau, uma situação de insegurança constante. O êxito da luta armada na Guiné reforçou ainda a determinação do povo cabo-verdiano em seguir o mesmo caminho, recorrendo a todos os meios necessários para se libertar do domínio secular do colonialismo português. Os resultados positivos obtidos em 1963, analisados na conferência de quadros do partido em julho daquele ano, evidenciavam que as condições para o avanço da luta nas ilhas de Cabo Verde estavam maduras. O partido, tanto no interior como no exterior, comprometeu-se a enviar todos os esforços para iniciar, o mais brevemente possível, uma nova fase de ação direta contra o poder colonial. Em todos os domínios, afirmava Cabral, o PAIGC continuaria a cumprir o seu programa, centrado na intensificação da luta, na consolidação das regiões libertadas e no desenvolvimento de novas estruturas econômicas, políticas e sociais. O objetivo era formar quadros capacitados, elevar o nível de vida das populações e construir o bem-estar coletivo, reforçando, dia após dia, os laços de solidariedade com os povos africanos e impulsionando o ideal comum de unidade continental, paz e progresso.

Entretanto, diante desse quadro de sucessos narrados pelo PAIGC, o historiador crítico não pode aceitar, sem questionamento, o produto mediático oferecido por um dos lados do conflito. Cabe-lhe confrontar essas declarações com os testemunhos e evidências da outra parte, mesmo que que não tenha estado presente nos acontecimentos. A prudência exige análise, a própria declaração do Ministro da Defesa português pode, por exemplo, ser interpretada como um sinal

de moderação ou, talvez, como reflexo da sua inexperiência diante de um conflito complexo e impopular. Há ainda a hipótese de que essa declaração revele uma assimetria política interna à administração portuguesa, no contexto de uma guerra mal vista no cenário da Guerra Fria, uma guerra que colocava o regime colonial em contradição com os próprios interesses estratégicos da NATO, dividida por disputas geoestratégicas e econômicas, e com o Bloco de Varsóvia, cujos apoios aos movimentos de libertação africanos ameaçavam o futuro da presença ocidental no continente, ainda em plena "primavera" das independências. Nesse contexto, é possível que o ministro português visasse manter aberta a possibilidade de uma saída política negociada, como propunham a FLING e os partidos mais moderados ligados ao então governo de Lisboa.[3]

1.2.2. Ações militares e sociais do PAIGC

Sambu afirma que, a guerrilha dotada do espírito agressivo, indispensável à execução de operações contra o inimigo, assim como de extraordinária resistência à fadiga, soube combater heroicamente, distinguindo-se numa das mais brilhantes lutas do continente africano.

Torna-se importante referir que "o PAIGC, a partir de 1965, desenvolveu, a par com as ações militares, um programa de educação e outros serviços sociais nas áreas por si controladas, ao mesmo tempo que reforçava os seus efetivos". Diria que Cabral é visionário: não pensa apenas na luta com o objetivo da liquidação definitiva dos colonialistas. Para ele, isso é o programa mínimo (a libertação da Guiné-Bissau). O programa maior, para Amílcar Cabral, é o desenvolvimento do país. Por isso, começou com ações sociais, como a construção de escolas e postos sanitários nas áreas libertadas, e foi nesse contexto que surgiu a escola piloto, que formou um grande número de quadros do PAIGC. Essas iniciativas tinham o objetivo de despertar a consciência das populações, já que os colonialistas não davam acesso à escola aos guineenses. Aqueles que tinham oportunidade de estudar, na época, atingiam no máximo a 4ª classe.

Cabral não parou por aí: durante a guerra, fez com que um grande número de camaradas do partido fugisse pela fronteira com o Senegal, com o objetivo de estudar no estrangeiro. No entanto, a maioria desses camaradas era de origem cabo-verdiana, o que causou desentendimentos no seio do partido, pois alguns camaradas de origem guineense entendiam que Cabral estava a privilegiar os cabo-verdianos, deixando os guineenses no combate. (Sambu, 1989, pp. 25)

[3] https://www.revistamilitar.pt/artigo/1066

Sambu é da opinião de que, durante o conflito armado, a guerrilha dispunha de órgãos especializados em informação e contra-informação, que desempenhavam um papel central na condução das operações. A esses serviços competia a realização de uma pesquisa sistemática e coordenada com o objetivo de recolher dados de natureza militar, política e logística sobre o inimigo. Para isso, recorriam às redes clandestinas de informação celular do partido, organizadas nos centros urbanos e também infiltradas no seio da tropa colonial. O objetivo era garantir a eficácia das ações da guerrilha por meio de um conhecimento estratégico aprofundado da realidade inimiga. Nesse contexto, os serviços de segurança tinham como principais responsabilidades a aquisição, análise, interpretação e classificação das informações obtidas sobre os objetivos militares do adversário. Essas informações, uma vez processadas, eram imediatamente encaminhadas aos comandos superiores da guerrilha para permitir decisões rápidas e bem fundamentadas. Além disso, cabia a esses serviços manter atualizada a situação operacional do inimigo, com destaque para as suas capacidades logísticas e possibilidades de intervenção. Outra atribuição fundamental era a colaboração estreita com os grupos de reconhecimento das unidades de guerrilha, sobretudo no tocante a questões de topografia, essenciais para o planejamento e execução das ações militares.

Os serviços de segurança da guerrilha obtiveram notáveis e significativos sucessos, embora também se verificassem alguns erros de atuação, pelo comportamento de certos oficiais, em relação à população. Salvo erro, no último trimestre de 1972, “o responsável pela segurança da área da Ilha de Como obrigou uma senhora guineense a beber os cinco litros de aguardente que comprara em Catió dessa maneira provocando-lhe a morte. (Sambu, 1989, pp. 26)

A grosso modo, os oficiais dos serviços de segurança intervieram como fator comum em todas as atividades de luta, sendo encarregados, por acumulação, de outras funções, desde o comando das Forças Armadas Locais (FAL) até ao cargo de comissários políticos, extremamente ligados aos comités do partido, nas tabancas, e aos respetivos tribunais.

No âmbito da informação, relacionada com a proteção dos nossos objetivos militares e civis, o principal problema não se prendia com o povo da zonas libertadas, cujas deslocações clandestinas e esporádicas aos centros urbanos ocupados pelo inimigo tinham o exclusivo objetivo de aquisição de alguns produtos, principalmente tabaco e aguardente, e não colaboravam com a PIDE (serviço de informação inimigos), prendia-se, sim, com alguns elementos da população que procuravam infiltrar-se nas fileiras dos guerrilheiros. Embora o inimigo tivesse mais possibilidades de introduzir agentes seus nas zonas libertadas, em contrapartida, os serviços de segurança do PAIGC tinham reais possibilidades operativas para desinforma o inimigo. (Sambu, 1989, pp. 25 - 26)

1.2.4. A estratégia militar do PAIGC

Do ponto de vista de Cabral, desde o início, a manobra militar do PAIGC indicava a pretensão de dividir o território, verticalmente, em duas partes: a parte oeste de Bissau, e a parte leste, polarizada em torno de Nova Lamego. O objetivo imediato era concentrar o esforço principal no isolamento da região de Bissau, cortando ao exército português a possibilidade de se movimentar livremente por todo o território.

Era uma estratégia arriscada, tanto mais que a região leste constituía o "chão" dos fulas, a segunda maior etnia, tradicionalmente fiel à soberania portuguesa. Acreditavam os estrategas-guerrilheiros que, isolando Bissau, dificultariam decisivamente a defesa do Leste, obrigando as tropas portuguesas a uma retirada total da região, não deixando aos fulas qualquer margem de manobra. Seguidamente, lançariam a ofensiva final sobre Bissau. Os mandingas, a maior etnia, constituíam a principal base de apoio e recrutamento do PAIGC.Foram eles que lançaram a rebelião. penso que também, o PAIGC adotou uma outra estratégia de guerra de guerrilha contra o exercito colonial português, inspirando- se em modelos como de Mão Tsé-Tung (líder comunista chinês, fundador da República Popular da China em 1949), essa forma de guerra visava desgastar o inimigo por meio de ataques surpresa, emboscada e sabotagens, evitando confrontos diretos com forças superiores em número e equipamento. (Cabral, 1977, pp. 224)

No contexto das lutas de libertação, como a do PAIGC na Guiné-Bissau, Mao Tsé-Tung representa uma inspiração estratégica e ideológica. Ele desenvolveu a teoria da guerra popular prolongada, baseada em:

- **Mobilização camponesa -** envolver a população rural como base da luta;
- **Guerrilha -** ataques rápidos e descentralizados ao inimigo;
- **Conquista progressiva de território -** começar em áreas isoladas e rurais, e ir avançando até os centros de poder urbano;
- **Fusão entre ação militar e política -** educação ideológica, justiça social, saúde e organização local nas zonas libertadas.

Era esta a situação militar quando o novo Governador e Comandante-Chefe, General Arnaldo Schultz, chegou ao território. Para dificultar-lhe a ação. O PAIGC abriu as hostilidades na Frente Leste e consolidou as posições que ocupava firmemente e de forma permanente no interior do território português as muito célebres "Mata de Cantanhez" e "Mata de Oio Morés". Tratava-se de bases estratégicas avançadas de apoio às suas operações, localizadas em matas muito densas e de vegetação quase impenetrável, onde o partido realizava recrutamento e treinamento político e militar. Nessas áreas, concentravam-se meios logísticos consideráveis em alimentos,

armamento e munições, e havia infraestruturas educativas e sanitárias para apoio aos militares, combatentes e às populações sob seu controle. (Cabral, 1977, pp. 224)

Amílcar Cabral tinha a intenção de iniciar a luta armada no leste da Guiné-Bissau, mas as características do território não ofereciam condições favoráveis, pois não havia florestas densas que possibilitassem a guerra de guerrilha, uma das razões que levou Cabral optou por iniciar a luta armada pela libertação da Guiné-Bissau no sul do país, e não no Leste, por razões estratégicas e políticas. A região sul apresentava condições geográficas favoráveis à guerra de guerrilha, com florestas densas e terreno acidentado que dificultavam a mobilidade das tropas coloniais. Além disso, o PAIGC já havia realizado um trabalho intenso de mobilização e politização das populações locais, que passaram a apoiar ativamente o movimento. A proximidade com a Guiné-Conacri, governada por Sékou Touré um aliado de Cabral, permitia o abastecimento logístico e o acesso a refúgio seguro. Por fim, a menor presença militar portuguesa nessa zona facilitou a consolidação das primeiras bases de resistência armada, permitindo ao PAIGC expandir posteriormente suas operações para outras regiões do território.

Durante os anos de 1964, 1965 e 1966, os guerrilheiros obtiveram o controle de uma parte considerável da zona Sul do território - Todas as tentativas de recuperar ae regiões de Madina do Boé e de Guileje foram votadas ao fracasso. O inimigo assegurou a posse do corredor de Guilije, itinerário essencial de abastecimento que fazia a ligação direta com as bases avançadas do Sul. As tropas portuguesas realizaram diversas operações para tentar reverter a situação militar nessa região, mas fracassaram, resultando por vezes em pesadas derrotas. (Cabral, 1977, pp. 224)

Sambu destaca que, outra estratégia utilizada pelo PAIGC contra o colonialismo português foi a de desenvolver simultaneamente a luta em três áreas de influência: interna, circunvizinha e internacional.

No plano interno, a luta armada estendia-se por quase todo o território guineense, em três frentes: Norte, Sul e Leste. A radicalização política e militar do PAIGC num território de 36.125 km^2 e com grande diversidade étnico-cultural deveu-se, sobretudo, à direção revolucionária do PAIGC difundida no centro político-militar, com base em Conakry, de onde, a exemplo do que sucedia no Senegal partia todo apoio logístico à luta interna. No caso do Senegal, conquanto inicialmente o seu apoio se evidenciasse mais favorável à FLING, Léopold Sédar Senghor viria a transferi-lo para o PAIGC. Por fim, em 1965, a Organização para a Unidade Africana (OUA) anunciou reconhecer apenas o PAIGC como único movimento de libertação da Guiné. (Sambu,1989, pp.18 -19)

A Guiné, território com condições propícias ao desenvolvimento da luta de guerrilha, foi aquele ondo a guerra se tornou mais difícil para os portugueses. Assim depois do ataque do Tite, a 23 de

janeiro de 1963, seguiram-se sucessivamente outros, sobretudo na região Sul, após uma intensa preparação político-militar. Pela fronteira sul o PAIGC começou a introduzir na Guiné "Portuguesa" pequenos grupos, com vista à formação dos guineenses para a libertação do território, desenvolvido atividades de sabotagem das vias de comunicação e abastecimento, além dos referidos ataques. Inicialmente muito mal-armado e equipado, conseguiu aliciar os jovens, na sua maioria de etnia balanta, sobretudo por razões tribais em conflito e particularmente contras os Fulas e Mandingas, islamizados, tanto mais que estas tribos viriam a manter-se predominantemente do lado dos Portugueses (em especial a primeira), ou apoiando o movimento da FLING. (Sambu,1989, pp.18 -19)

No primeiro semestre de 1963, Portugal possuía na Guiné cinco batalhões de tipo muito reduzido, em que um simples pelotão substituía a companhia de Comandos e não tinham qualquer pelotão de reconhecimento e informação. Essas forças militares encontravam-se aquarteladas (Norte) em Bissau, Mansoa e Bula; (Sul) Tite e Buba. O PAIGC instalou a primeira zona militar no triângulo inscrito entre o Rio Geba e a fronteira com a Guiné-Conakry, em janeiro de 1963, seis meses depois, instalava-se numa segunda região, entre os Rios geba e Cacheu. (Sambu,1989, pp.18 -19)

1.2.5. O PAIGC deflagra a luta armada

Para Amado, a situação no sul da Guiné se diferenciou graças à mobilização promovida pelo PAIGC, na qual a população colaborou desde início. Por outro lado, a configuração do terreno era extraordinariamente propícia à guerra de guerrilha. Em janeiro de 1963, às vésperas de o PAIGC desencadear a luta armada, "Osagyefo" Dr. Kwame N´Krumah, lançou as bases do seu pensamento político relativamente à unidade africana, o que contribuiu significativamente para alicerçar os movimentos de libertação. Foi neste ambiente favorável que os guerrilheiros do PAIGC começaram a atuar, no início de 1963. Tite e Fulacunda foram das primeiras localidades a serem flageladas, (atacada violentamente) a 23 de janeiro desse ano, data histórica que assinala, por parte do PAIGC, início da luta armada. Ainda em janeiro, o PAIGC atacou novamente o aquartelamento de Tite, na margem do canal do Geba, onde se encontrava instalado o comando de um batalhão. No mesmo dia, ocorreu também uma emboscada a duas viaturas próximo de Nova Sintra, a doze (12) quilómetros ao sul de Tite. A partir do final do mês, a atividade do PAIGC deslocou-se para a área de Bedanda. Apesar de, nos primeiros meses de 1963, as tropas portuguesas contarem com 20.000 homens na Guiné, o ministro da Defesa,

Gomes de Araújo, confessou, em julho de 1963, que o PAIGC controlava cerca de quinze (15) por cento do território. (Amado, 2011, pp. 118-119)

A partir de 12 de março de 1963, o PAIGC intensificou significativamente suas ações militares, adotando estratégias de guerrilha para enfraquecer a presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau. Entre as principais operações, destacam-se a destruição de pontões nas regiões de Tite e Buba, o ataque a localidades estratégicas como Dar-es -Salam, Cufar e Fulacunda, e o corte de vias de acesso e pontos de embarque para Bolama. O movimento também promoveu ações de sabotagem económica, como o incêndio de embarcações e a obstrução do carregamento de produtos agrícolas, como mancarra e arroz. O PAIGC, utilizou essa estratégia que era forma de prejudicar a economia colonial. Além disso, foram realizadas emboscadas a viaturas militares, colocação de abatises e valas nas estradas e, por fim, a captura de dois barcos a motor no porto de Cafine, posteriormente levados para a Guiné-Conacri. Tais ações revelam o nível de organização e eficácia do PAIGC no uso de táticas de guerrilha, visando desestabilizar o domínio português e consolidar áreas sob seu controle.

Em abril de 1963, o PAIGC atacou aquartelamento de Chugué, ao norte de Bedanda, na margem direita do rio Cumbijã. Durante o mês de maio de 1963, o PAIGC atuava na península de Cacine, junto à fronteira sul, apreendendo camiões nessa povoação e em Gadamael, e atacando, além desta última localidade, Cacoca e Sangonha. (Amado, 2011, pp. 118-119)

Em 18 de julho de 1963, um numeroso grupo atacou simultaneamente a tabanca fula de Príame, a povoação e o quartel de Catió. Foi nesse ataque que o PAIGC empregou, pela primeira vez, uma metralhadora ligeira. No final do mês de maio, o PAIGC começou a atuar na área de Xime, na margem direita do rio Corubal, onde a presença do exército português era quase nula, pois inúmeras pontes e pontões haviam sido destruídos e centenas ou milhares de árvores atravancavam estradas e caminhos, interrompendo as ligações rodoviárias entre as principais povoações.

Na noite de 12 para 13 de julho, os grupos guerrilheiros do PAIGC destruíram vários pontões na estrada Olossato-Mansabá, no dia 18, atacaram Encheia, onde não existia qualquer força militar. A situação deteriorou-se a seguir, apesar dos esforços desesperados das tropas portuguesas, que se multiplicavam para acorrer aos pontos atacados, numa altura em que os seus efetivos eram muito escassos. Pelo contrário, o PAIGC dispunha de numerosos grupos, cujos elementos estavam dotados de armamento aperfeiçoado e de abundantes munições. (Amado, 2011, pp. 118-119)

Na segunda metade de outubro de 1964, o PAIGC iniciou o emprego generalizado de minas e fornilhos anticarro. Escondidos nas margens, os guerrilheiros do PAIGC disparavam contra os barcos do exército português, especialmente nos rios Cobade (que separa a ilha de Como da

península de Catió), Corubal e Cumbijã. Também ao norte do Geba, e em especial na região de Oio, a ação do PAIGC fazia-se sentir com crescente intensidade, tendo os grupos utilizado novas armas, como uma metralhadora pesada assinalada num ataque a Olossato, no início de dezembro. O ponto madeireiro de Binta, a oeste de Farim, a tabanca de Cutia, na estrada Mansoa-Mansabá, e a própria vila de Farim sofreram ataques nos últimos dias de dezembro.

Previa-se uma operação para expulsar o PAIGC da ilha de Como, assim se separava fechar a fronteira sul, instalando tropas desde Aldeia Formosa até Cacine e Campeane. A tarefa, porém, não era fácil, pois o PAIGC dispunha de numerosos grupos e recebia constantemente reforços e reabastecimentos. A Conacri recebia navios, sobretudo provenientes de países comunistas, que transportavam armas e munições destinadas ao partido. (Amado, 2011, pp. 118-119)

Capítulo 2 - OS ANTECEDENTES DO CONGRESSO DE CASSACÁ EM 1964

Pereira destaca que, numa digressão que Luís Cabral fez a Quitafine, no sul da Guiné, houve gente que se encheu de coragem e lhe deu conhecimento de comportamentos condenáveis da parte de certos responsáveis que cometiam desmandos e abusos de poder, que iam desde o consumo exagerado de bebidas alcoólicas e castigos corporais até ao abuso sexual e fuzilamento de populares. Esses crimes estavam a provocar uma desconfiança cada vez maior das populações em relação ao PAIGC e à sua direção. Assim, "as informações recolhidas em Quitafine, enriquecidas pelos combatentes chegados das frentes, levaram o Amílcar à conclusão de que era necessária uma reunião geral dos quadros responsáveis do partido para se poder discutir e aprofundar esta grave questão, de maneira a dela tirar todas as lições para o futuro. Os camaradas aceitaram imediatamente a minha proposta para que a reunião se realizasse numa área libertada da Guiné, para que o seu impacte fosse maior junto das nossas populações". Essa reunião veio a correr em Cassacá. Inicialmente, não era um congresso. Um congresso seria uma coisa diferente, teria de ser preparado. Foi depois da reunião, cujas decisões tiveram uma amplitude inesperada, destacando-se a que se prende com a criação do exército regular e das milícias populares e outras medidas importantes que tiveram grande repercussão na nossa luta, que mais tarde decidimos que fosse um congresso. O Iº congresso do PAIGC. (Pereira, 2003, pp. 172-173)

No seu livro de memórias, Crónica da Libertação (1984), Luís Cabral admite ter realizado uma ousada visita que descreve como "normal" às bases dos guerrilheiros do PAIGC nas matas de Sanconhá e Cassacá, em Quitafine. Segundo seu relato, dirigiu-se diretamente ao comandante de Cassacá o Sr. Manuel Saturnino Costa, então com apenas 18 anos de idade (1945-1963). Contudo, o autor não menciona os guerrilheiros de Sanconhá, nem descreve a situação vivida naquela localidade. Tal omissão levanta dúvidas: teria sido um lapso causado pela inexperiência ou uma exclusão internacional visando silenciar as ações dos ex-combatentes Nalús e Beafadas da FLING?

É plausível supor que Luís Cabral tenha sido rejeitado na região, insultado por seu sotaque cabo-verdiano e pelo tom de sua pele elementos associados à imagem autoritária dos administradores cabo-verdianos ao serviço do colonialismo português. Tal contexto pode sugerir um possível estratagema por parte de Cabral, motivado por recentemente, com o objetivo de

desacreditar combatentes guineenses ligados a outras formações políticas que também lutavam pela independência da Guiné.

Sem a intenção de imputar-lhe má-fé, entende-se que caberia ao Sr. Beja Santos autor da recensão da obra tratar dessa questão de forma crítica, espacialmente por se tratar de uma publicação que, presumivelmente, contou com a sua escolha e aprovação. Assim, a partir dos elementos expostos por Luís Cabral e retomados pelo apresentador, espera-se evitar uma indulgência indevida por parte de eventuais críticos cuja solidariedade cultural ou política possa desviá-los de uma análise objetiva. (Pereira, 2003, pp. 172-173)

No excerto intitulado “Sobre Crimes e Nomes Proibidos Conhecer”, revela-se uma faceta pouco abordada do processo de libertação da Guiné-Bissau, através das próprias palavras de Luís Cabral. O autor afirma que apenas Amílcar Cabral e Aristides Pereira foram informados sobre graves problemas que ocorriam em certas zonas do Sul do país. Essa informação, segundo ele, provou a fragilidade das conquistas da luta armada, minadas pela ausência de dados confiáveis sobre a realidade em campo.

A análise do episódio mostra que jovens líderes guerrilheiros ocultavam sistematicamente informações de extrema relevância, sobretudo aquelas que pudessem comprometer outros responsáveis. O resultado foi o estabelecimento de poderes despóticos em zona sob controlo da guerrilha, com a prática de crimes inenarráveis que permaneceram invisíveis aos quadros políticos do PAIGC. No Congresso de Cassacá, esses mesmos líderes foram sumariamente executados uma decisão cuja legalidade e legitimidade são, até hoje, controversas. O ambiente do Congresso é descrito como hermético, com movimentações suspeitas, alianças prévias e manipulação simbólica. A aprovação das medidas ocorre em meio a aplausos organizados por grupelhos posicionados estrategicamente, descritos como “esquadrões da morte”, evidenciando o uso de violência simbólica e física como recurso de poder. Tal narrativa levanta sérias questões sobre o modelo democrático e a ética política no seio do PAIGC durante os momentos decisivos do seu processo de consolidação. (Pereira, 2003, pp. 172-173)



CABRAL, Luís. Amílcar Cabral e outros companheiros a caminho do I Congresso do PAIGC. Fotografia, 1964.



Amílcar Cabral e grupo de dirigentes do PAIGC a caminho do I Congresso de Cassacá. Fotografia, 1964.



Entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1964, realizou-se o I Congresso do PAIGC na base da Unidade de Guerrilheiros, situada na floresta próxima à tabanca de Cassacá.

2.1. CONGRESSO DE CASSACÁ DE 1964

Conceito de congresso:

Sambu esclarece que, do termo latino *congressus*, o congresso é compreendido como uma reunião de pessoas para discutir temas de interesse comum. Frequentemente, o termo é utilizado para designar encontros formais, especialmente aqueles que reúnem representantes do poder legislativo de um país, embora também possa se referir a assembleias políticas, científicas ou sociais de carácter deliberativo.

O autor justifica que se tratava de um congresso realizado em pleno contexto de guerra. A realização do congresso era extremamente arriscada, pois os inimigos constantemente suspeitavam que algo dessa natureza estivesse em coeso. Como medida de vigilância, sobrevoavam com aviões a região próxima ao local onde o congresso ocorria, na tentativa de identificar movimentações incomuns ou atividades estratégicas do PAIGC. Esse contexto de permanente ameaça aérea tornava o ambiente ainda mais tenso e exigia medidas redobradas de segurança e sigilo por parte dos participantes. Os trabalhos tiveram início na quinta-feira, 13 de fevereiro de 1964, e encerra-se na segunda-feira, 17 de fevereiro do mesmo ano. Relatos indicam que o evento ocorreu simultaneamente à Batalha de Como, um confronto decisivo que se

prolongou por 72 dias, caracterizado, em sua maioria, por combates contínuos e sucessivos. (Sambu, 1989, pp. 24)

O PAIGC realizou o seu Iº Congresso, efetuando numa tabanca do Sul, chamada Cassacá. O objetivo essencial desse Congresso foi a tomada de medidas contra alguns dirigentes do partido (PAIGC) que praticavam uma série de crimes contra a população, matando inclusivamente os próprios guerrilheiros, injustamente acusados de serem "feiticeiros" e, nessa qualidade, "acusadores da morte em combate dos companheiros de luta." Na realidade, tratava-se de vinganças pessoais, chegando ao ponto de queimarem pessoas vivas, quando, por exemplo, queriam roubar as mulheres dos habitantes das aldeias.

Portanto, o partido (PAIGC) decidiu puni-los identicamente: "Lei de Talião", quem fuzilava era fuzilado, quem queimava era queimado, na presença da população.

Depois do Congresso de Cassacá, o partido pôs em marcha estruturas administrativas dignas de um verdadeiro estado.

A população foi enquadrada, a todos os níveis pelos Comités do partido em secções, sectores e regiões. As zonas libertadas foram dotadas de «comites de tabancas» com funções administrativas e políticas: uma das principais tarefas destes comités era o apoio às Forças Armadas Revolucionárias do povo (FARP), também saídas do Congresso de Cassacá, no Sul da Guiné-Bissau.

Foi nestas estruturas administrativas que os quadros do nosso glorioso Partido se formaram e chegaram ao poder nas diferentes regiões do país.

O Congresso de Cassacá foi um marco que assinalou uma nova etapa na luta de libertação nacional: para além de ter criado as FARP, também criou as Forças Armadas Locais (FAL), definindo novas técnicas de guerrilha que permitiram alcançar importantes sucessos no campo militar e possibilitou a abertura da frente Leste, que viria a operar sob o comando de Paulo Correia. (Sambu, 1989, pp.24-25)

Segundo Beija Santos, a reunião convocada para Cassacá, uma povoação não muito distante da ilha do Como, e na altura em que decorria a operação Tridente, tinha diferentes urgências para resolver: distinguir as forças de um exército regular das forças de milícias do povo, estabelecer graus de hierarquia para pôr termo a despautérios que decorriam de certos chefes de guerrilha que agiam por conta própria aterrorizando por vezes as populações na sua órbita, organizar a vida nas bases e fazer depender o poder militar do poder político. Dispomos hoje de alguma informação sobre como decorreram os trabalhos de Cassacá, Luís Cabral, "Crónica da Liberdade" será o responsável pelo relato mais abrangente. Terão sido convocados cerca de 60 dirigentes políticos e militares. A par da necessidade premente em organizar a vida das forças regulares e das milícias, o próprio Luís Cabral tinha recebido muitas queixas de atos de

prepotência e de quase banditismo perpetrados por alguns quadros da guerrilha. Cabral soube definir as diferentes fases da reunião. Tudo começou com uma exposição da situação político militar inopinadamente Cabral sugeriu que a assembleia se transformasse no Iº Congresso do PAIGC, para dar absoluta legitimidade ao poder político naquela fase da luta pela independência. Aprovou-se a decisão de criar um exército popular (as FARP- Forças Armadas Revolucionárias do Povo), com o cometimento de três frentes de luta: Frente Leste, dirigida por Amílcar Cabral e Osvaldo Vieira, Frente Norte, dirigida por Luís Cabral e Francisco Mendes, Frente Sul, dirigida por Aristides Pereira e Nino Vieira. Decorrente desta organização militar, estabeleceu-se a sua clara subordinação ao poder político, cada comandante militar atuava às ordens de um comissário, e a última palavra da decisão política dependia sempre do Conselho Superior de Luta, este constituído por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luís Cabral. E depois tomaram-se outras medidas como a de constituição das milícias do povo, os congressistas aprovavam tudo sem contestação. Seguiu-se uma análise à vida no interior das bases de guerrilha e foi aprovada uma tipologia que assegurasse grande mobilidade e sempre obrigatoriedade de haver sistemas de vigilância de modo a detetar a aproximação das forças portuguesas. Depois de dois dias intensos trabalhos quase de forma encenada, Cabral abriu um período de discussão e propôs que fossem debatidas todas e quais ocorrências sobre a vida da guerrilha. E logo choveram as críticas aqueles que agiam prepotentemente e que faziam justiça por conta própria. Cabral replicou que era indispensável eliminar todas essas formas de prepotência e sugeriu a execução de uma série de elementos, o que veio a acontecer. Como em muitas outras circunstâncias, não se ficou a saber quem, como e quando foi executado. Amílcar Cabral saiu reforçado do congresso e reconhecido com líder incontestável. Maioria de executado era da etnia Balanta, teria ficado aqui o gérmen de uma humilhação que começaria a ser ressarcida muitos anos mais tarde, com o fenómeno da “balantização” (Beija Santos, 2016, pp. 25-26)

Outro aspeto referido por Pereira é que os principais dirigentes políticos e militares do PAIGC, juntamente com representantes provenientes de todas as regiões do país, constituíram as delegações.

A Ordem do Dia era composta por três tipos distintos, cada um com características e finalidades específicas. O primeiro tipo era de carácter público e abordava temas ligados à reestruturação do partido no plano político, ao reforço da mobilização e da organização das massas populares, bem como à reorganização da luta armada. Nesse contexto, destacava-se a criação de comandos inter-regionais, do Conselho de Guerra e das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), que englobavam a guerrilha, as milícias e o exército popular. O segundo tipo de Ordem de Dia era mantido em sigilo. Elaborado diariamente, só era divulgado quando todos os

delegados se encontravam reunidos, o que muitas vezes acontecia de forma fortuita e não programada. Por fim, o terceiro tipo referia-se a temas diversos, geralmente apresentados sob a forma de críticas e autocríticas. Essas sessões, no entanto, muitas vezes serviam de pretexto para acusações unilaterais, sem possibilidade de defesa, assumindo um carácter punitivo. Em diversos casos, resultavam em sanções severas, como o fuzilamento ou suspensão por tempo indeterminado, frequentemente referida como "até segunda ordem". (Pereira, 2003, pp. 174 - 176)

2.2. Decisões

Pereira alega que, as decisões tomadas no âmbito do movimento de libertação refletiram a necessidade de consolidar a estrutura política, militar e administrativa, tanto nas frentes de combate quanto nas regiões já libertadas. Essas decisões foram organizadas em três eixos principais: reestruturação política, reforma das Forças Armadas e gestão dos territórios sob controlo do movimento.

I. Reestruturação política do movimento de libertação

Uma das principais decisões foi a centralização do poder decisório por meio da adoção de uma liderança unificada. Essa liderança seria periodicamente assessorada por órgãos setoriais constituídos no âmbito do congresso, cujos membros seriam indicados e eleitos por aclamação, ou seja, por votação à mão levantada. Entre os órgãos previstos, destacavam-se o Bureau político, o Comité Central e o Conselho de Guerra. Com o intuito de assegurar o funcionamento da justiça nas diferentes zonas de influência, decidiu-se pela criação de tribunais regionais sob supervisão de juristas. Simultaneamente, foram instituicionalizados sistemas nacionais de educação e saúde, com o objetivo de garantir à população o acesso progressivo e equitativo a esses serviços essenciais. (Pereira, 2003, pp.174 - 176)

II. Reforma orgânica das forças armadas

A reestruturação das Forças Armadas foi concebida como uma necessidade estratégica da luta de libertação. Para tal, foram determinadas várias medidas que visavam fortalecer a capacidade militar do movimento. Entre elas, destaca-se a conversão das unidades de guerrilha em forças regulares, com o objetivo de construir uma estrutura militar coesa, disciplinada e permanentemente mobilizada. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) foram formalizadas como o braço armado institucional do movimento, integrando as forças de

guerrilha, as milícias e o exército popular. Altos comandos militares foram nomeados para as Frentes Sul, Norte e Leste, com a missão de instituir Comités Inter-regionais, definir comandos regionais e setoriais e implementar uma subdivisão geográfica estratégica, tudo sob a coordenação direta da liderança máxima. Outras medidas incluíram a criação dos serviços de informação e segurança, ou serviços secretos, com o objetivo de garantir a vigilância interna e proteger as operações militares e políticas. Também foi criado um Departamento de Logística, encarregado do fornecimento, armazenamento e distribuição de armamentos e recursos estratégicos. Por fim, decidiu-se investir na profissionalização dos quadros militares e na modernização dos métodos de combate, com vistas a aprimorar a capacidade combativa e a especialização técnica das FARP. (Pereira, 2003, pp.174 - 176)

III. Administração, proteção e valorização das regiões libertadas

Com relação às regiões libertadas, as decisões visaram a consolidação territorial e o desenvolvimento político e socioeconômico dessas áreas. Foram nomeados Comissários Político Centrais civis por Frente, responsáveis por coordenar os comissários políticos regionais e setoriais, garantindo a articulação entre as instâncias locais e a direção central do movimento. Foram também instituídos comités populares de autogestão colegiada, compostos por representantes de ambos os sexos e liderados por um coordenador local. Esses comités tinham competências distribuídas nas áreas de justiça (com tribunais populares), educação, saúde, produção e autodefesa comunitária.

Entre as principais ações, destacou-se a promoção da escolarização e da assistência básica à saúde, por meio da instalação de escolas primárias e postos médicos nas comunidades. Incentivou-se igualmente a produção agrícola, como base da autossuficiência alimentar e do fortalecimento das economias locais. Nesse sentido, foram criados os Armazéns do Povo, estruturados com base no princípio do troco natural, com objetivo de dinamizar as trocas de bens essenciais e reduzir a dependência externa. Finalmente, decidiu-se substituir as milícias locais pelas Forças Armadas Locais (FAL), com o objetivo de profissionalizar e institucionalizar a segurança comunitária, agora sob comando centralizado. (Pereira, 2003, pp.174 - 176)

2.3. Reflexos positivos do congresso de Cassacá

Segundo Pereira, o Congresso de Cassacá constituiu um momento decisivo para o processo de reestruturação, especialização, fortalecimento combativo e rearmamento das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Apesar da relevância das decisões tomadas nesse encontro, a implementação prática das medidas aprovadas revelou-se demorada, refletindo uma série de fatores que influenciaram o ritmo das transformações no seio do movimento de libertação. Entre esses fatores, destacam-se os conflitos internos, cujos contornos não estavam claramente definidos, e a hesitação estratégica da liderança do PAIGC, possivelmente motivada pela necessidade de evitar a intensificação de antagonismos que ainda ameaçavam a frágil autoridade de Amílcar Cabral. Outra hipótese plausível aponta para o uso deliberado desse período como uma fase de observação e avaliação, com o objetivo de testar a lealdade e a eficácia de determinados quadros militares e políticos antes de proceder a reformas mais profundas. Foi apenas a partir de 1966 que se estabeleceu o Comité Inter-regional militar, com funções equivalentes às de um Comando de Frente. Esse processo evoluiu com a criação de grandes unidades fixas e movéis, o que representou um avanço significativo na organização militar do PAIGC. Nesse sentido, a reestruturação tardia pode ser compreendida como uma medida prudente, destinada a evitar conflitos internos, práticas abusivas e nomeações ineficazes que poderiam comprometer as operações e prejudicar combatentes mais qualificados. Um outro fator relevante para esse atraso pode ter sido a busca por um equilíbrio étnico na distribuição das responsabilidades dentro do movimento, como forma de reforçar a coesão interna e a legitimidade da luta armada. (Pereira, 2003, pp.174 - 176)

A reestruturação do teatro de operação do PAIGC incluiu a delimitação das sub-frentes e das respetivas dependências, o que permitiu uma atuação mais coordenada e eficaz das FARP. Este avanço coincidiu com uma notável progressão no terreno por parte das forças revolucionárias, ao passo que se verificava um declínio da iniciativa por parte do inimigo. Com exceção de algumas tentativas fracassadas de grandes operações e da atuação inicial ineficaz da aviação portuguesa, característica das estratégias antiguerrilha, as forças coloniais passaram a permanecer quase exclusivamente confinadas aos seus aquartelamentos. No quotidiano, essas forças simulavam o controlo da situação através de disparos esporádicos de artilharia contra os matos circundantes, numa tentativa de atingir os combatentes do PAIGC, A agressão militar portuguesa contra Conacri evidenciou

ainda mais as dificuldades enfrentadas no terreno, resultando em pesadas perdas humanas e materiais. Como consequência desse cenário, observou-se uma crescente desmoralização entre as tropas coloniais: houve aumento das deserções, um número significativo de feridos graves e, em certos casos, colaboração direta de soldados e oficiais portugueses com as forças do PAIGC, seja através do fornecimento de informações, seja por outras formas de cooperação, Esses fatores confirmam o impacto estratégico das resoluções do Congresso de Cassacá, ainda que implementadas de forma gradual e cuidadosa.(Pereira, 2003, pp.174 - 176)

2.4. Derrota política e diplomática do regime colonial português e consolidação do PAIGC

De acordo com Pereira, durante o processo de luta pela independência das colónias africanas sob domínio português, o regime colonial sofreu importantes derrotas políticas e diplomáticas tanto no plano nacional quanto internacional. Um marco simbólico dessa deslegitimação foi a receção, em 1970, dos líderes dos movimentos de libertação africanos pelo Papa Paulo VI, no Vaticano, gesto que conferiu legitimidade internacional à causa anticolonialista. Nesse mesmo período, uma delegação da ONU visitou as regiões da Guiné-Bissau já libertada pelo PAIGC, reconhecendo in loco o controlo efetivo exercido pelo movimento sobre partes significativas do território. Em 1972, ainda durante o conflito, o PAIGC instituiu a Assembleia Nacional Popular nas zonas libertadas, atuando como órgão representativo e afirmando a autoridade política do movimento nesses territórios. No ano seguinte, em 1973, o PAIGC proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, antecipando o reconhecimento formal e reforçando a sua posição tanto no plano interno como perante a comunidade internacional. (Pereira, 2003, pp.174 - 176)

2.4.1. Criação de instituições nas zonas libertadas

Paralelamente à luta armada, o PAIGC promoveu a organização sociopolítica e administrativa das áreas sob seu controlo. Diversas instituições foram criadas com o bojetivo de estruturar a vida comunitária e consolidar os serviços essenciais. Foram implementadas escolas, internatos, armazéns do povo, postos de saúde e hospitais, assegurando o acesso da população à educação, alimentação e cuidados médicos

básicos, para garantir a gestão administrativa, surgiram comités populares e tribunais, além de serviços de inteligência e unidades prisionais, fundamentais para a manutenção da ordem e da justiça. A formação de quadros médicos e superiores foi outra prioridade estratégica, com vista à capacitação local e à comunidade do processo de governação nas zonas libertadas, reforçando a autonomia administrativa e política do movimento.

2.4.2. O golpe de Estado em Portugal e o fim do império colonial

O processo de independência das colónias portuguesas foi acelerado com golpe militar de 25 de Abril de 1974 em Portugal, que pôs fim à ditadura do Estado Novo e abriu caminho para a descolonização. O novo regime português negociou acordos de independência com as antigas colónias, culminando no reconhecimento oficial da Guiné-Bissau e de outros países africanos que anteriormente viviam sob domínio colonial. (Pereira, 2003, pp. 174 - 176)

2.4.3. As páginas negras do congresso de Cassacá

Apesar dos avanços, o movimento de libertação enfrentou desfios internos que marcaram negativamente sua trajetória. O Congresso de Cassacá, realizado num contexto de tensões acumuladas, revelou diversas fraturas políticas e sociais dentro do PAIGC. Mesmo antes do congresso, já se observavam sinais de problemas estruturais. Durante o evento, foram denunciadas valas comuns em Cassacá, evidenciando práticas de violência interna e repressão política, o congresso acentuou a polarização, consolidou a liderança de Amílcar Cabral e reforçou a primazia dos quadros cabo-vedianos sobre os guineenses, alimentando sentimentos de exclusão e diferenciação racial. Essas dinâmicas internas resultaram na deteriorização das relações entre as duas componentes nacionais do movimento, agravando conflitos e criando um ambiente de desconfiança, vários dirigentes políticos e militares guineenses foram vítimas desse processo, o que aprofundou a crise interna. A liderança de Cabral, marcada por autoconfiança e uma visão estratégica muitas vezes descolada da realidade local, foi contestada por setores silenciosos do movimento, marginalizados na construção política, como afirmou o próprio líder. “Camaradas, nem toda a gente é do partido”, uma frase que simboliza o distanciamento e a exclusão política sentida por parte da militância.

Esses acontecimentos, conhecidos como as “Páginas Negras do Congresso”, marcaram uma regressão na coesão interna do PAIGC e deixaram feridas que influenciaram o pós-independência. (entrevista)

CAPÍTULO 3 - BATALHA DE COMO EM 1964

Pereira sustenta que, Como, Caiar e Catungo constituíam uma frente comum devido à sua separação por canais de água relativamente estreitos. Essa separação é notória apenas durante a maré cheia. As mesmas ilhas, cobertas pela água da praia-mar durante cerca de três horas, a cada doze horas, ocupam aproximadamente 21km^2, dos quais 170 km^2 são de tarrafes, visíveis apenas quando a maré está baixa. As densas matas são de difícil penetração, com árvores de grande porte. As ilhas possuíam muito gado, numerosos. As aldeias eram relativamente pequenas e dispersas. Não havia estradas carroçáveis, exceto por algumas presumidas artérias distantes entre si, em toda a ilha de Como, sendo que todas convergiam para um único local: as instalações do comerciante Manuel Pinho Brandão, o único colono da localidade que comprava produtos locais, sobretudo arroz. Ele geria uma loja de venda de materiais diversos. A partir dessa localidade, o acesso ao continente (Catió) era feito por canoas, entre outras embarcações.

Um ano depois do início da luta armada de libertação nacional, travou-se a batalha de Como, que teve como objetivo a conquista do controlo de todo o Sul da Guiné. As forças do PAIGC ali estacionadas, em circunstâncias de debilidade logística e de efetivos militares, resistiram heroicamente cerca de 75 dias ao bloqueio naval, apoiado pela viação e infantaria das forças coloniais. Apesar de a direção do Partido ter dado ordens às mulheres e aos velhos para que se retirassem da ilha, quase toda a população tomou resolutamente a decisão de apoiar de forma ativa os combatentes. A resistência tenaz dos guerrilheiros e as perdas humanas e materiais obrigaram as tropas coloniais a abandonar a ilha de Como.

A batalha de Como, para além de ter funcionado como balão de ensaio para as batalhas vindouras, permitiu ainda ao PAIGC, no plano exterior, a conquista de prestígio e solidariedade internacionais. (Pereira, 2003, pp. 172)

Segundo Queba Sambu, a operação tridente: ilha de Como é uma das primeiras experiências bélicas dos combatentes pela independência da Guiné-Bissau, que resultou num sucesso, foi a triunfal resistência que as forças do PAIGC ofereceram às Forças Armadas colonialistas, quando da tentativa da recuperação da ilha de Como. Esta ilha (com uma superfície de 210 km^2, dos quais 166 km^2 são de lado das marés) está separada de outras duas (Caiar e Catungo), por canais, vulgarmente chamados rios, e todas três limitadas a norte por um rio que, no seu curso, vai tomando nomes diferentes, em relação às ilhas que bordeja.

Esse rio tornava-se importante, para as tropas inimigas, vistor ser pro ele que passavam os abastecimentos para vila de Catió, onde aquelas tinham peças de artilharia e um campo de aviação. Por isso em dezembro de 1963, as forças de libertação, assaltaram a guarnição colonialista da ilha de Como, composta por 15 elementos, incluindo 1 capitão, 1 alferes (portugueses) e 2 sargentos e 11 praças (guineenses), armados com 2 metralhadoras pesadas, 2 ligeiras e 12 pistolas-metralhadoras.

As forças de libertação reuniram cerca de 50 elementos, armados de pistolas-metralhadoras russas, Shpagin de 7,62 (de 1961), espingardas alemãs Mauser (1941), tambores de munições PPSH, granadas de mão, também de fabrico soviético, assim como o eram os morteiros de 8,2.

A conquista da ilha de Como foi fácil, após um assalto de surpresa, e as forças do PAIGC conseguiram obter a colaboração da população local.

Note-se que a ilha de Como é constituída por um litoral de tarrafo (lamaçais que, na maré baixa, chegam a atingir 4 Km entra a terra firme e os canais de fluxo e refluxo marítima). Neste terreno a progressão é impraticável. (Sambu, 1989, pp. 22)

Ainda Sambu afirma que, seguindo-se ao tarrafo, estendem-se as bolanhas (arrozais) com alguns palmares, e o centro da ilha é de mangal, também de difícil progressão. Por essa razão, as forças de libertação tomaram posições defensivas nas bolanhas, de largos canais de irrigação e onde o nevoeiro só permite uma visibilidade entre 3 a 5 metros.

Sob o comando do Major Romeiras, as Forças Armadas colonialistas portuguesas organizaram-se em cinco agrupamentos táticos compostos por pelotões de cavalaria, estruturas equivalentes a companhia reduzidas, e por destacamentos de fuzileiros navais, designados como “especiais”. Estes agrupamentos militares foram mobilizados e desembarcaram em três ilhas estratégicas durante a operação.

O primeiro agrupamento era comandado pelo Capitão Cidrais e incluía um destacamento de fuzileiros navais sob a liderança do Primeiro-Tenente Pacheco. O segundo agrupamento estava sob responsabilidade dos Capitães Ferreira e Arrabaça, contando igualmente com um destacamento de fuzileiros, comandado pelo Alpoim Calvão. O terceiro agrupamento reunia os Capitães Cabral e Anselmo. O quarto era composto por um destacamento de fuzileiros sob o comando do Primeiro-Tenente Faria de Carvalho. Por fim, o quinto agrupamento incluía uma companhia de sapadores, liderada pelo Capitão Aros.

Essa estrutura militar revela o grau de organização das forças coloniais portuguesas e sua aposta em destacamentos móveis e especializados para exercer o controlo e repressão nos territórios insulares durante o período de conflito.(Sambu, 1989, pp. 22)

Além destes sapadores, cada companhia contava com uma esquadra de seis elementos dessa especialidade, assim como dois guias guineenses, da etnia fula. No seu conjunto, as Forças armadas inimigas compreendiam 450 militares de cavalaria, 150 fuzileiros navais e ainda foram reforçadas por um pelotão de 30 paraquedistas, num total de 630 homens tendo por missão reocuparem as povoações de Caiar, Canane, Catungo, Balanta e Cametonco, assim como isolarem os rios Como, Cobade e Cumbijã.

As foças de libertação, dado o seu número inferior de combatentes, em relação ao efetivo atacante, optaram por uma tática de resistência móvel, não se fixando nas povoações, senão temporariamente, mas tomaram posições mais firmes nas zonas de mata de cassacá, Canane e Curco (aqui muito densa, podendo considerar-se salva) e também se entrincheiraram nas bolanhas.

Só e a 14 de janeiro de 1964 o inimigo reagiu, começando por lançar panfletos, por avião, assim como salvo-condutos para convencer para população a render-se. Contudo os chefes regionais já tinham aderido ao PAIGC: na Ilha de como, o chefe Seja e o Subchefe Pan san, na Ilha de Catungo, o Chefe Samba na Quedun e os Subchefes Tumbali Na Noi e Siá Na ba, na Ilha de Caiar, o Chefe Bacar Sambu (biafada) e os Subchefes Abdu Sande (biafada) e Ansumane Indjai (nalu).

O 1.º desembarque do inimigo, a 15 de janeiro, foi efetuado por três grupos, num total de 126 homens, com um camião, dois reboques e um trator, mas as forças de libertação logo desenvolveram uma ação de flagelação em Canane, antes de se abrigarem na mata e de a população se refugiar tarrafo. O inimigo também desembarcou em Catungo Papel e em Catungo Balanta, dirigindo-se para Cametonco. Entretanto as peças as peças de artilharia de Catió bombardearam a Cambança de Brandão (no rio Cobade) e o aviso «Vougas» da marinha de Guerra colonialista também lançou alguns tiros, mas desistiu ao fim de pouco tempo, por não ter visibilidade, conseguindo, portanto, desalojar os combatentes da Independência dos seus abrigos na mata e nas bolanhas. (Sambu, 1989, pp. 22)

Esta operação do inimigo, designada por «Tridente», porque atacava três ilhas simultaneamente, desenvolveu-se com o avanço na Ilha de Caiar, por Cumule, Caiar, Tabanca Velha e Camuntudu, mas sempre sob intensa flagelação das tropas de libertação, utilizaram uma técnica de guerrilha, mesmo quando recuavam para outros postos ofensivos, sob a metralha da artilharia colonialista, já instalada em Catungo Papel e que batia as bolanhas de Catungo Balanta.

De 14 de janeiro a 24 de março, a «Operação Tridente» procurou envolver zona interior de Cassacá, na Ilha de Como, e ocupou a pequena mata de Cachil. Porém, as forças de libertação, usando metodicamente a tática de guerrilha caracterizada por constante mobilidade, não cessaram de flagelar o sucessiva avanço do inimigo (por Samane, Uncomene e Cachil), enquanto evitavam o fogo da artilharia. Verificou-se então o apoio da aviação colonialista, que provinha da fragata «Nuno Tristão», com dois helicópteros, e do aeroporto militar de Catió, com dois aviões. (Sambu, 1989, pp. 22)

Sambu defende que, a estratégia de envolvimento de Cassacá não conseguiu capturar o Chefe Sajá, que se retirou com cerca de 100 combatentes da libertação, mas infelizmente matou os Chefes de grupo Indina na Barna.

Incapaz de aniquilar os combatentes da Independência, a tropa colonialista optou pela destruição das tabancas velha, Camunutudu, Poilão da Cinza, Funsonfo, Catabão e Cametongo.

Conquanto as forças do PAIGC, tivessem evacuado as respetivas povoações e abandonado os locais, não puderam retirar os bens alimentares, pelo que o inimigo roubou 1500 vacas, mais de 1000 cabras e porcos e 40 toneladas de arroz. Esta ação contra o povo guineense provocou a falta de alimentos aos libertadores da pátria. O sacrifício, durante os 68 dias de combate contínuo, tinha sido uma dura provação e, se não fora a rapidez de movimentação da guerrilha tão habilmente executada a vitória dos combatentes do PAIGC seria uma derrota.

Na realidade, as tropas colonialistas sofreram baixas: alguns mortos e muitos feridos, sabendo-se, depois, terem evacuado 193 por febres malária e 48 por exaustão. Sob a minha perspetiva, os elevados números de mortos entre as tropas coloniais não se explicam apenas pelos confrontos armados, mas também por fatores naturais que contribuíram de forma significativa para esse desfecho. Muitos soldados sucumbiram em decorrência de picadas de insetos transmissores de doenças, ataques de cobras e pelas condições climáticas adversas. Esses elementos, em conjunto, agravaram substancialmente o número de óbitos registados. E apesar da diferença de efetivos em presença, pela superioridade numérica e de potencial de armamento do inimigo, as heroicas forças de libertação apenas sofreram cerca de 50 mortos, 15 feridos e 9 prisioneiros. (Sambu, 1989, pp. 20 - 24)

Compreendendo não conseguir desalojar os guerrilheiros do mato, as tropas colonialistas decidiram terminar a «Operação Tridente», alegando que só lhes interessava o domínio do norte da ilha, para proteção dos batéis de manutenção que cruzavam o rio, entre Catió e o mar.

Mais tarde, as tropas de libertação foram aconselhadas a retirar da Ilha de Como, mas parte delas recusou-se a abandonar o terreno e as populações, que haviam finalmente aderido ao PAIGC. Por isso, embora o inimigo já tivesse reocupado as ilhas adjacentes laterais de Caiar e Catungo e o norte de Como, central, os guerrilheiros da Independência mantiveram-se no interior desta ilha, nas matas dificilmente penetráveis de Cassacá, e as Forças Armadas colonialistas não conseguiram impedi-los de prosseguir na luta, pois que, partindo da mata, infiltravam-se por entre as várias posições do litoral ocupado, para flagelar os transportes fluviais que abasteciam Catió.

Foi a primeira vitória militar e também a das mulheres guineenses, porque em Como auxiliaram os combatentes da libertação, transportando-lhes os víveres e as munições, onde quer que se encontrassem além de que algumas delas chegaram a lutar de armas nas mãos, conquistando assim a admiração de todos nós, que justamente relevámos a sua exemplar heroicidade. (Sambu, 1989, pp. 20 - 24)

Convém referir que a partir da batalha de Como o patriotismo dos nossos combatentes traduziu-se essencialmente num aumento substancial dos efetivos, inicialmente na ordem das poucas centenas. Na verdade, o PAIGC possuía, em 1964, cerca de três mil operacionais, número que passou para aproximadamente o dobro dois anos mais tarde. As FA Portuguesas na colónia, por seu lado, deveriam rondar entre 20 mil a 30 mil homens, aos quais deveriam juntar-se seis companhias de milícias locais e os elementos organizados na chamada "autodefesa" nas tabancas (aldeias). (Sambu, 1989, pp. 20 - 24)

Do mesmo modo, os esquadrões de tropas africanas recrutadas localmente e que chegaram a atingir mais de 50% dos efetivos de alto poder ofensivo, prestaram ao inimigo, ao longo de toda a guerra, um grande serviço. Esses militares eram enviados para Angola para o centro de Quibala Norte e mais tarde para Ambrizete, tendo igualmente tomado parte em operações na Mata Sanga, Luege, Casa de Telh e M'brige, antes de regressarem à Guiné.

Enquanto isto, outros centros de instrução de comandos africanos eram criados em Bolama, Cumeré e Bambadinca (o centro de Fa-Mandinga) e neles integradas as respetivas unidades de "Camaleões" "Fantasmas" e "Panteras".

Não obstante, o PAIGC, nessa altura, tinha condições para poder afirmar que estava presente em metade do território, posto que as autoridades portuguesas não deixassem de controlar os centros urbanos e de praticar os atos normais de administração. (Sambu, 1989, pp. 20-24)

3.1 Fatores da guerra de Como, Caiar e Catungo

Conforme Tcheka, a guerra de Como, Caiar e Catungo teve como plano de fundo os interesses estratégicos e militares tanto do PAIGC quando das forças coloniais portuguesas. O principal objetivo do PAIGC era suplantar a presença colonial na região, consolidando seu domínio no sul da Guiné-Bissau. Para isso, pretendia facilitar o abstecimento das bases de guerrilha situadas em Cubucaré, Tombali e Quitafine a partir da cidade fronteiriça de Boké, na Guiné-Conacri. Outra meta crucial era bloquear o tráfego marítimo das forças portuguesas na região, sitiando as cidades de Catió e Cacine, onde estavam localizadas importantes guarnições militares inimigas. Além disso, o PAIGC visava facilitar o transporte marítimo de armamentos e mantimentos diretamente do porto de Conacri para as localidades de Como, Caiar e Catungo, reforçando a infraestrutura logística da luta armada, com essas ações, o movimento buscava manter as forças coloniais sob cerco contínuo, enfraquecendo sua capacidade de reação e pressionando Portugal a negociar a ritirada de suas tropas, acelerando, assim, a libertação total da região sul.

Por sua vez, os objetivos das forças portuguesas eram diametralmente opostos, pretendiam libertar o canal de Tombali, assegurando o controle das três ilhas da região, planejavam também instalar uma guarnição militar permanente e destruir as plantações e reservas de arroz utilzadas pelo PAIGC, numa tentativa de cortar os suprimentos da guerrilha. Finalmente, os portugueses buscavam impedir o avanço das ações políticas do movimento independentista, tentando conter sua influência junto às populações locais. (Tcheka, 2022, pp. 19)

O Comando militar português considerava estrategicamente importante, não só pela proximidade com fronteira marítima sul, para flagelar o continente e penetrar na península de Tombali: o corredor de fornecimento de produtos alimentares e ponto de apoio para as linhas de reabastecimento do PAIGC durante esta guerra.

Ainda, o autor justifica que a guerra na ilha de Como, durou 71 dias (de 15 de janeiro a 24 de março de 1964). O início teve certa semelhança com o desembarque das forças aliadas nas praias da Normandia (França), contra a Alemanha, no âmbito da Operação Overlord, durante a Segunda Guerra Mundial. Na Guiné, durante o desembarque na ilha de Como, um sargento português filmou o momento com absoluta confiança na vitória. Apanhou o barco Nuno Tristão sem preocupações, devido à pouca profundidade do local. Começaram, então, os preparativos para a transferência das unidades que fariam parte da primeira vaga de assalto para as LDM (Lanchas de Desembarque Média).

Ao nascer do dia 15, surgiram os aviões de ataque ao solo, ao mesmo tempo em que em que as peças de bordo e a artilharia de Catió bombardeavam as zonas circundantes do desembarque, cobrindo assim o avanço da primeira unidade encarregada de instalar a cabeça de ponte, que permitiria a chegada do grosso dos efetivos e a instalação da logística completa. (Tcheka, 2022, pp. 19)

Sob a supervisão do Ministro da Defesa, General Gome de Araújo, foi decidido realizar uma ofensiva convencional de grande envergadura. Nela participaram cerca de 1.200 efetivos do Exército, da Marinha e da Força Aérea. Os portugueses envolveram, nessa longa batalha, os três ramos das Forças Armadas para ocupar três ilhas adjacentes, o que originou o batismo desta operação como "Tridente".

No local da operação militar, foram desembarcadas as seguintes unidades: três companhias de cavalaria, uma companhia de caçadores, três destacamentos de fuzileiros, um pelotão de paraquedistas, um grupo de comandos, um pelotão de morteiros e um pelotão de artilharia. Além disso, foram mobilizados, diversos meios navais (incluindo uma fragata) e aéreos. As forças aéreas, compostas por aviões e helicópteros, realizaram um total de 851 "missões táticas", resultando em seis aeronaves atingidas e uma abatida. A operação foi comandada pelo tenente-coronel Fernando Cavaleiro, sob a supervisão direta do Ministro da Defesa, general Gomes de Araújo. (Tcheka, 2022, pp. 19 - 23)

O conflito teve lugar em um pequeno arquipélago constituído pelas ilhas de Como, Caiar e Catungo. Desde o início das hostilidades, em 10 de agosto de 1973, a Força Aérea Portuguesa (FAP) reconheceu duas constatações fundamentais: primeiramente, que o inimigo na Guiné era altamente combativo, disciplinado e bem estruturado, sem apresentar os fatores tradicionais de divisão interna comumente observados, em outros contextos africanos (como tribalismo, regionalismo ou racismo). Consequentemente, o exército português sofreu, desde os primeiros momentos, perdas significativas, incluindo aviões abatidos, pilotos ejetados, prisioneiros de guerra e morto pelas forças do PAIGC.

Em segundo lugar, verificou-se que o cenário guineense apresentava particularidades distintas em relação ao contexto angolano. Na Guiné, o PAIGC operava de forma unificada, composto por militantes de quatro partidos políticos locais: MLG (Movimento de Libertação da Guiné), FLING (Frente de Luta pela Independência Nacional Da Guiné), MDG (Movimento Democrático da Guiné) e RAD (Reunião Africano Democrático-Bissau), cuja prioridade era a construção de uma frente patriótica comum voltada à luta pela independência. Tal coesão contrastava com o quadro angolano, em que o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) enfrentava simultaneamente as forças coloniais portuguesas, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), cada qual atuando em frentes e territórios distintos. (Tcheka, 2022, pp. 19 - 23)

A presença de prisioneiros de guerra representava uma evidência clara da diferença de atuação entre a guerrilha na Guiné e as dos demais territórios sob domínio colonial português em África. Um episódio emblemático ocorreu em 22 de maio de 1963, quando o sargento António Lobato integrava uma esquadrilha de oito aviões mobilizada para bombardear acampamentos independentistas no arquipélago meridional da Guiné-Bissau, região então habitada maioritariamente por populações das etnias: Nalu, Biafada e Bijagós, posteriormente acompanhadas por grupos Balantas, Tandas, Manjaco e Papel.

Nos primeiros dias do conflito, dois aviões colidiram após um deles ter sido atingido. A hipótese de inexperiência ou perda de controle por parte dos pilotos já psicologicamente afetados antes mesmo de chegarem à Guiné é plausível. Alimentados por um manual de antiguerrilha que demonizava os movimentos independentistas, comparando-os aos massacres perpetrados pela UPA em Angola, muitos militares partiam imbuídos de um imaginário de terror sobre o destino de soldados capturados, independentemente de serem brancos ou negros. De facto, episódios de extrema violência eram frequentemente relatados, incluindo a destruição de vidas humanas e até de animais, sem distinção de idade, género ou cor. Após uma tentativa de resistência marcada por injúrias racistas, o piloto Lobato foi capturado. (Tcheka, 2022, pp. 19 - 23)

Em suas memórias como prisioneiros de guerra, Lobato contradiz a versão oficial divulgada à época pelo regime colonial, que negava perdas na Força Aérea, numa tentativa evidente de preservar o moral das tropas. Sua narrativa oferece, assim, um testemunho crucial para a historiografia dos conflitos de independência na África lusófona:

(...) alguns civis à frente [de mim], dois guerrilheiros atrás, eu no meio, e mais dois guerrilheiros, numa marcha de vários dias primeiro em direção ao sul, e dois ao sudeste até ser entregue, em Bedanda, no acampamento do comandante da guerrilha da zona sul, Nino Vieira. Sentado no tronco seco de uma árvore velha, o jovem chefe guerrilheiro, vestido de cáqui verde-escuro, pés nus e apertados por sandálias de plástico, braços ornamentados com grossos anéis de madeira e couro, um pedaço de corno pendurado ao pescoço por uma tira de cabedal, parecia a estátua inerte de um deus.

No final do ano, os efetivos do Exército português na Guiné eram de 9.650 militares, dos quais 8.344 provenientes da metrópole. O exército havia sofrido 54 mortos, dos quais 34 em combate. Quanto à Armada, a Guiné viria a ser o seu mais importante teatro de operações nas guerras de África aquele em que a sua ação foi vital, tática e estrategicamente.

Posteriormente, as autoridades portuguesas reconheceram não ter uma ideia de manobra bem definida. O mais grave consistia em não acreditar que fosse possível resistir eficazmente ao adversário. Para o comandante militar da Guiné, brigadeiro Louro de Sousa, a «guerra estava perdida». No final de 1963 foi chamado a Lisboa para expor a gravíssima situação que a província da Guiné atravessava. Segundo Silva Cunha, presente na reunião do Conselho Superior Militar (CSM), Louro de Sousa começou por dizer que não sabia o que estava na Guiné e de desfiou um rosário de queixas contra o clima, a inadequação das instalações militares, a falta de preparação das tropas, a escassez de meios e a surpreendente capacidade combativa do inimigo. (Tcheka, 2022, pp. 19 - 23)

No meu ponto de vista, é também admissível explicar as derrotas portuguesas pelo aumento da oposição política da maioria dos portugueses ao regime neofascista de Salazar e a guerra colonial, que mutilava e ceifava a vida dos filhos dos camponeses, da classe média e dos pobres os quais constituíam o grosso do Exército juntamente com vadios de delito comum. Estudantes, familiares de opositores políticos [identificados e politicamente “filados” no exilo pela PIDE-DGS], e supostos ativistas, passivos ou flagrantes, dos “corredores clandestinos de comunicação e de solidariedade” com opositores políticos.

3.2 As etapas da Operação Tridente

Na opinião de Afonso e Gomes, A Operação Tridente foi uma das ações miltares mais significativas conduzidas por Portugal na Guiné-Bissau durante a Guerra Colonial, envolvendo a atuação coordenada do Exército, da Marinha e da Froça Aérea, a operação teve como objetivo retomar o controle das ilhas de Caiar, Como e Catungo, então sob forte influência do PAIGC.

A operação foi organizada em três fases distintas. A primeira teve início em 15 de janeiro de 1964, com o desembarque das tropas portuguesas nas referidas ilhas. Na segunda fase, entre os dias 17 e 24 de janeiro, foram realizadas operações de patrulhamento com intuito de localizar e neutralizar a presença de guerrilheiros do PAIGC. Finalmente, na terceira fase, houve a concentração das forças portuguesas na ilha de Como, onde ocorreram combates intensos apoiados por artilharia pesada e ataques da aviação militar. Essa etapa prolongou-se de 24 de janeiro a 24 de março de 1964, marcando um dos períodos mais violentos de ofensiva portuguesa no sul da Guiené. A Operação Tridente é uma ação militar portuguesa de grande envergadura, recebeu esse nome por envolver três ilhas que abrigavam bases de guerrilheiros independentistas a serem atacadas e desalojadas. São elas: Como, Caiar e Catungo. Essa grande batalha, decisiva para o curso da segunda e última guerra colonial portuguesa na Guiné travada duas décadas após a primeira, que durou 55 anos (1881-1936), visava evitar que, desta vez a resistência guineense no sul, leste e norte se prolongasse, frustrando assim os objetivos portugueses de desestabilizar e derrubar o regime do Presidente Sékou Touré por meio das forças do Grupo Unificado de Libertação da Guiné-Conacri. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 14 - 15)

Antes da criação do país, em 1885, na esteira da cimeira imperialista que partilhou e ocupou a África, Portugal, à semelhança de França Bélgica, Alemanha, Holanda e Itália, iniciara sua corrida geopolítica com objetivo de inverter o seu estatuto de tributário nos reinos anfitriões da Costa da Guiné, nos anos de 1881 a 1885. Por isso, a posição estratégica geograficamente porosa das três ilhas era de grande importância para Portugal, pois facilitava o fluxo de homens e armamentos do PAIGC na região. Caso caíssem sob controle das forças independentistas, isso possibilitaria o avanço militar do PAIGC e resultaria em derrotas diárias para os soldados portugueses “tugas.”

No último dia da segunda semana de janeiro de 1964, antes do desembarque das suas unidades de combate, armamentos e logística fixa, o Exército português antecipou a sua ação nas ilhas (Como, Caiar e Catungo) por meio de repetidos voos de reconhecimento,

realizados por duas avionetas Dornier. Durante esses voos, foram lançados panfletos, salvo-condutos com o intuito de convencer os habitantes locais de que seriam bem acolhidos, tratados e protegidos, caso abandonassem as zonas de influência dos guerrilheiros do PAIGC. No entanto, esse presumido gesto humanitário português revelou-se um desperdício de tempo e recursos, já que, segundo relatos, os chefes tradicionais da zona já haviam aderido ao PAIGC. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 14 - 15)

Pelas fontes portuguesas, logo no dia seguinte, 15 de janeiro de 1964, após longas rondas de duas avionetas de reconhecimento que se revezavam, teve lugar o primeiro desembarque das tropas portuguesas, subdivididas em três unidades, num total de 126 homens, com um camião, dois reboques e um trator. Informadas, as forças independentistas do PAIGC reagiram imediatamente, flagelando as tropas desembarcadas em Canane, antes que estas se abrigassem na mata. Avisada e conduzida ao tarrafe pelos guerrilheiros, lugar considerado seguro, a população também começou a organizar-se para cumprir as suas primeiras tarefas: informação (espionagem) [Além das informações fornecidas pela redes clandestinas sobre os movimentos e cada situação pós-combate das tropas portuguesas, comunicava-se por meio de mensagens sonoras codificadas entre etnias balantas, papéis bijagós e nalus, utilizando toques do bombolom e do tambor, assim como os sons das flautas tradicionais e dos chifres soltos de vaca, preparados para esse fim. Por vezes, também, pelas cores ou tipos de vestuário, entre outros], alimentação e rituais com oferendas aos homólogos imateriais ("irãs" do mar e dos santuários do interior das três ilhas).

Não tiveram o efeito esperado o segundo e o terceiro desembarques de militares portugueses em Catungo Papel e Catungo Balanta, assim como os sucessivos reforços em efetivos trazidos da metrópole, de Angola e de Moçambique. Os dois desembarques na mesma ilha visavam o ensanduichamento dos guerrilheiros implantados na área de Cametongo. Entretanto, para evitar uma taxa elevada de riscos fatais às suas unidades de combate, com o mesmo objetivo, os canhões "tugas" (portugueses) de Catió bombardearam Cambassa de Brandão, e o aviso Vouga, também português, efetuou alguns disparos, sem sucesso, para desalojar os combatentes independentistas do PAIGC emboscados nas matas e bolanhas de Camassa.

No relatório militar desse dia da Operação Tridente, alega-se que o referido navio da Marinha de Guerra "tuga" desistiu ao fim de pouco tempo, "por falta de visibilidade", não conseguindo, portanto, cumprir o seu objetivo. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 14 - 15)

Argumento pouco convincente, sabendo-se que, de antemão, o reconhecimento aéreo efetuado antes dos primeiros desembarques já deveria ter permitido a conceção de um

mapa militar preciso de cada uma das três ilhas, para a Força Aérea, a Marinha, a Artilharia (marítima e terrestre) e a Infantaria. Para silenciar o erro e evitar a censura colérica do Governo e a possível desgraça política do general Gomes Araújo, Ministro da Defesa, que assistia às operações. Também não se descarta a possibilidade de ser tratar de alguma sabotagem antissalazarista por parte dos pilotos-aviadores de reconhecimento e do comandante do aviso Vouga, opositores à guerra.

Considero que, graças à aviação e aos intensos canhonaços, a situação mudou um pouco em desfavor dos guerrilheiros. De 24 de janeiro a 24 de março de 1964, os tugas, querendo ocupar a zona interior de Cassacá, na ilha de Como, avançaram sobre Cachil. As forças de libertação utilizavam metodicamente a tática de guerrilha por meio de uma constante mobilidade, não cessando de flagelar cada tentativa de progressão do exército português sobretudo em Samane, Uncomene e Cachil. Para evitarem os canhonaços vindos do quartel de Catió e da fragata Nuno Tristão, assim como as bombas da aviação e as metralhadoras dos Heli combates, os guerrilheiros foram obrigados a retirar-se estrategicamente de algumas tabancas, sem poder levar os bens alimentares. Por conseguinte, na sua ausência, os tugas roubaram 1.500 vacas, mais de 1.000 cabras e porcos, além de 40 toneladas de arroz.

Incapaz de aniquilar os combatentes nacionalistas, a tropa colonialista optou pela destruição das antigas tabancas: Camuntudu, Poilão da Cinza, Funçonfu, Catabão e Cametongo. O roubo do gado e de outros bens das povoações abandonadas provocou a falta de alimentos para os libertadores da pátria. Durante 68 dias de combate contínuo, as populações e os libertadores não se deixaram desencorajar por essa dura provação. Não obstante, resistiram até à retirada inglória das tropas tugas da zona. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 14 - 15)

As forças portuguesas afirmaram ter enfrentado gravíssimos problemas sanitários, alimentares e de adaptação ao terreno. Segundo relatórios oficiais, houve, do lado português, 9 mortos e 47 feridos. Quanto aos guerrilheiros do PAIGC, estes teriam sofrido 76 mortos, 15 feridos e 9 prisioneiros. No entanto, os números fornecidos pelo PAIGC são bastante diferentes, indicando um número maior de baixas nas fileiras portuguesas.

Apesar de não me alinhar com os dados fornecidos pelo PAIGC quanto ao número de mortos e feridos em combate, considero plausível que essas perdas tenham mantido uma média diária inferior a dois mortos e 0,01 ferido ao longo dos 59 dias de confrontos. No entanto, levando em conta os sérios problemas sanitários, alimentares e de adaptação enfrentados pelas tropas portuguesas no terreno, torna-se quetionável a veracidade das cifras divulgadas tanto sobre as próprias baixas quanto sobre as atribuídas ao inimigo. As

dificuldades enfrentadas pelas forças portuguesas em campo revelam, no mínimo, quatro aspectos críticos. Primeiro, evidenciam a impreparação ou o receio de avanço por parte de suas forças especiais, fuzileiros e comandos, consequência direta do elevado número de mortos e feridos graves sofridos pelas primeiras unidades mobilizadas e pelos sucessivos reforços. Em segundo lugar, destaca.se a relativa imobilidade dos militares portugueses, mesmo diante de uma impressionante capacidade logística envolvendo meios fixos, navais e aéreos. Em terceiro lugar, há indícios de que as tropas portuguesas estiveram cercadas pelos combatentes do PAIGC, o que explicaria as dificuldades no abastecimento de alimentos, medicamentos e munições. Por fim, as 851 missões realizadas pela aviação portuguesa sugerem não apenas o cerco e as pesadas perdas sofridas, mas também os esforços desesperados para resgatar mortos e feridos, indicados a gravidade da situação em que essas forças se encotravam. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 15 - 17)

As opiniões sobre os resultados da «Operação Tridente» são divergentes, mas a mais clara e conclusiva é que se saldou por um fracasso completo, já que não conseguiu desalojar as forças do PAIGC, nem reconquistar as três pequenas ilhas: Como, Caiar e Catungo.

Não deixa de ser significativa essa batalha. O desmedido entusiasmo triunfalista dos chefes militares portugueses durante o desembarque das suas forças, assim como nos preparativos e no início das hostilidades, foi alimentado pelas palavras do próprio líder português, Prof. António de Oliveira Salazar, confiante na vitória. Este ordenou que se pusesse fim à confrontação, cuja duração, segundo ele, apenas conferia importância ao adversário, conforme comunicado do PAIGC em francês, datado de 27 de abril de 1964. Para esta organização nacionalista, a guerra em Como, Caiar e Catungo foi um valioso teste para o povo guineense e seus filhos armados, que derrotaram as forças coloniais. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 15 - 17)

Em toda guerra, mesmo no campo de quem domina o terreno ainda que alternadamente, a arma mais consoladora de cada parte é a propaganda, que a forma de incentivo às suas próprias forças. A guerra na Guiné não é única nesse género: da arma à informação, tudo se converte também em propaganda. Apesar de sermos guineenses, o motivo expiatório que os historiadores portugueses possam utilizar para se resguardarem e, assim, alimentarem algum moribundo debate sobre a Guerra de Como, Caiar e Catungo, espero que não tenha sido o facto de o mapa da Operação Tridente indicando também o local onde, simultaneamente, ocorria o primeiro Congresso do PAIGC ter sido da nossa autoria. A fornalha desta guerra não impediu a reunião dos chefes militares e das delegações das três Frentes (Sul, Norte e Leste) do PAIGC. A realização deste congresso, em paralelo com a guerra travada contra as forças portuguesas, testemunhou, tanto na Guiné como no

plano internacional, a solidez das posições e a capacidade de recuperação militar do PAIGC nessas regiões. Para atenção dos nossos homólogos portugueses de profissão, há um desmentido natural às alegações avançadas para justificar a derrota militar portuguesa na referida guerra. Os soldados portugueses enfrentaram dificuldades sanitárias [paludismo, diarreia e chuvas]. No entanto, os estrategas e oficiais implicados nesta campanha militar assistida pelo General Gomes Araújo atuaram em plena época seca. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 15 - 17)

Portanto, como é que podia haver duas estações das chuvas no mesmo ano, como o relatório da Operação Tridente tentou fazer acreditar, em plena estação seca? Seria essa uma forma de dissimular a verdadeira razão da derrota militar portuguesa? Então, como classificar a tese de que a época das chuvas não a melhor para intensificar a luta nas condições concretas da Guiné, se os próprios portugueses que participaram na execução da Operação Tridente afirmaram isso sem que uma única gota de chuva tivesse caído sobre as suas cabeças? Contudo, a vitória militar alcançada em Como, Caiar e Catungo (1964) deu mais impulso aos independentistas e impôs maiores dificuldades às forças coloniais.

Todavia, a curto prazo, a região não perdeu a sua importância estratégica após a derrota local das forças portuguesas. Pelo contrário, o seu controlo pelos independentistas alicerçou a progressão destes, que passaram a ocupar posições militares mais convenientes no interior do território, tais como as florestas densas de Cantanhez e Quitafine, cercando assim os aquartelamentos portugueses de Catió e Bedanda. Entretanto, a cerca de 15 km de distância de Cacine e a 30 km da fronteira com a Guiné-Conacri, na região de Quitafine, numa base próxima de Cassacá, o PAIGC realizava a sua Primeira Conferência Nacional de Quadros Militares e Políticos. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 15 - 17)

Pela intensidade e duração da fornalha desta batalha, localmente assistida pelo General Gomes Araújo, ministro português da Defesa, nenhuma das partes do confronto acharia desnecessário fazer prisioneiros para colher informações, num espaço estreito cercado por vasos navais e constantemente pilhado por canhonaços, morteiradas e aviões. Apesar disso, os combates no terreno cessavam apenas quando as tropas portuguesas de assalto se retiravam das zonas pantanosas e da orla da floresta, para poupar o pouco que restava dos seus efetivos antes da chegada dos reforços.

Parece-me que, é também possível que os referidos prisioneiros não fossem guerrilheiros, mas pescadores das distintas aldeias ribeirinhas da região, apanhados sem armas e apresentados como combatentes do PAIGC, certamente para preservar a honra militar do

ministro da Defesa português. Esta farsa portuguesa foi comum durante a luta armada de libertação nacional na Guiné: as tropas Heli portadas capturavam camponesas e jovens das aldeias, muitas delas localizadas bem longe dos acampamentos dos combatentes do PAIGC, alegando que eram guerrilheiros. Habitualmente, os comandos e fuzileiros traziam orelhas ou cabeças desses camponeses assassinados, como provas de combate contra os guerrilheiros. (Afonso e Gomes, 2000, pp. 15 - 17)

3.2.1. A última ofensiva portuguesa

De acordo com Furtado, a grande ofensiva no quadro da Operação Tridente teve lugar nos dias 23 e 24 de março de 1964, em Uncomené, na ilha de Como. Foi uma operação envolvendo todas as unidades presentes, com o objetivo de expulsar todas as forças independentistas implantadas na floresta de Cassacá. Tomou parte a Companhia de Cavalaria 487, comandada pelo capitão Rui Cidras, dividida em três grupos de combate, cada um com um guia negro e onze carregadores, também negros. Esta companhia, que estava estacionada na povoação de Caiar, deveria desembarcar no dia 23 de março junto ao dique em Uncomené, Operação Tridente ilha de Como, relatório da operação realizada na região de Uncomené (Como) nos dias 23 e 24 integrada na operação tridente.

A missão desta companhia consistia em atacar, depois de se instalar nessa região, as forças guerrilheiras, com o intuito de "reduzir a mata de região, de Cassacá", uma vez que se pensava existir um forte e numeroso grupo inimigo na zona razão principal pela qual era levada a efeito essa ação, que foi dificultada, em especial, pela escolha do local para o desembarque. A escolha do local de desembarque deveu-se à natureza da sua vegetação. Diz-se que isso ocorreu por causa do fraco conhecimento da região, uma vez que a operação foi planeada tendo por base a cartografia de um ligeiro reconhecimento aéreo. (Furtado, 2007, pp. 37)

Como consequências dessas dificuldades, resultaram dois mortos e dois feridos ligeiros para as forças portuguesas, tendo sido perdidas três espingardas G3: duas pertencentes aos soldados mortos e "mais a do soldado 375, que, quando ferido, a entregou ao soldado 820, que veio a ser um dos mortos", além de uma marca que seria utilizada para resgatar um ferido inimigo. Segundo relatório, as forças de guerrilha sofreram duas baixas confirmadas, tendo sido apreendidas uma espingarda de guerra com cerca de cinquenta cartuchos e uma granada de roteiro de origem russa. É nessa última ação que um dos guias afirma ter visto, na mata, João Bernardo Vieira "Nino", um dos mais altos chefes militares do PAIGC, que comandava uma das ações.

De acordo com Furtado, para ilustrar a dimensão deste último combate, que o Comandante das Forças Terrestres enviou ao Comandante-Chefe da Guiné, Louro de Sousa, o número de munições gastas no apoio à companhia de Cavalaria 487, concretamente: 2014 balas, 14 bombas e foguetes. Tudo apenas no apoio, ou seja, sem contar com a logística disponível antes de ação. Portanto, essa contabilidade bélica aponta não só para presumida vontade de combater. O contexto parecia o de uma situação de "salve-se quem puder", antes da chegada de um avião T-6 para socorrê-los, embora a atitude do seu piloto revelasse o receio de que a aeronave fosse abatida, como já via ocorrido no caso do piloto-aviador Lobato. (Furtado, 2007, pp. 37)

Não obstante, segundo a fonte portuguesa citada no parágrafo anterior, a Companhia de Cavalaria 487 "passou dois dias desta última ação, que acabou por ser último fôlego da Operação Tridente". Com efetivos maiores, munições reforçadas e canhonaços de apoio do quartel de Catió para facilitar a sua retirada, os sobreviventes dos três grupos de combate, sob comando do Capitão Rui Cidrais, consideraram sua saída um grande alívio. Portanto, um descanso bem-vindo em plena fornalha. Pois, apesar dessa fornalha vivida durante a Operação Tridente, os soldados portugueses admitem "ter conseguido eliminar os principais comandantes da guerrilha, restando apenas Agostinho de Sá." Desobedecendo à ordem de Amílcar Cabral para se retirarem de Como, "a população insiste em ficar juntamente com a guerrilha comandada por Agostinho Sá. (Furtado, 2007, pp. 37)

Antes de deixarem a zona, as Forças Armadas portuguesas decidiram marcar simbolicamente a sua mortífera presença na região. Deixaram "uma companhia na mata do Cachil, a norte da ilha do Como, com a missão de patrulhar a ilha e controlar as margens do rio Cobade, muito importante no abastecimento de Cátió."(Felgas, 1958, pp. 88)

Não foi preciso esperar muitos dias para que essa companhia fosse atacada pelos guerrilheiros, provando, assim, estes nunca tinham abandonado efetivamente a ilha (Testemunho do Alferes Rogério Leitão, in A Guerra, de Joaquim Furtado, episódio 9, RTP, 2007).

A grande batalha de Como, Caiar e Catungo, que apôs as forças de guerrilha do PAIGC ao exército português, chegou ao seu fim. Durou "três longos meses, até o Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro dar por terminadas as operações militares e, no dia 24 de março de 1964, embarcar de regresso a Bissau", segundo alguns relatórios. A soma dos dias relativos à execução da referida batalha, também conhecida, pelos portugueses, como Operação Tridente, varia entre 71 e 90 dias.(Furtado, 2007, pp. 37)

3.2.2. Lacunas da operação tridente: perspetivas do PAIGC e das forças portuguesas

A análise da Operação Tridente revela fragilidades significativas de ambos os lados envolvidos no conflito. Do lado do PAIGC, é necessário considerar o papel da guerrilha em dois níveis, político e militar, dentro de um contexto de tensão interna intensa, evidenciado pelo congresso realizado em Cassacá, na região de Quitafine. Naquela ocasião, ocorreram fuzilamentos sumários de pessoas acusadas sem direito à defesa, enterradas em valas comuns sem qualquer indentificação. Relatos apontam que algumas dessas vítimas foram raptadas durante a noite e sepultadas como combatentes desconhecidos, o que gerou um clima de desconfiança generalizada. O desaparecimento de figuras conhecidas foi sistematicamente justificado pelas autoridades do partido com duas explicações recorrentes: "fugiu" ou "espião". A maioria das vítimas era composta por presumidos opositores à liderança de Amílcar Cabral. Esse cenário político interno contribuiu para manutenção de um assimétrico e silencioso desequilíbrio nas estruturas internas do PAIGC após Cassacá, tanto na cúpla militar quanto nas instâncias para civis. Fatores logísticos, étnicos, culturais e sociais exerceram forte influência nas redes de lealdade e desconfiança, moldando encruzilhadas complexas nas relações interpessoais durante e após a luta armada pela libertação nacional. Em meio à grande batalha nas três ilhas de Tombali, a emissão de quatro mensagens do SOS por parte do Comandante Agostinho Sá reflete sua apreensão diante de uma possível vingança política e do temor de abandono por seus próprios companheiros. Apesar disso, é notável a decisão da população local de não evacuar a área, optando por permanecer ao lado do comandante e dos seus grupos de combatente. A morte de alguns líderes militares da guerrilha também pode ter alimentado desconfianças em relação a Nino Vieira, ou até mesmo gerado indiferença entre aqueles que podiam prestar-lhe socorro. (entrevista)

Do lado português, reconhece-se igualmente a existência de diversas lacunas na condução da Operação Tridente. Uma das principais foi a insuficiência de informação confiáveis sobre a presença efetiva do PAIGC na regiões, o comandante-chefe da Guiné-Portuguesa, Louro de Sousa, assumia que a guerrilha estaria psicologicamente despreparada para resistir à ofensiva e alegava possuir dados sobre a sua capacidade defensiva. Demonstrando um excesso de confiança, acreditava que os guerrilheiros não ofereceriam resistência significativa ao desembarque nem à ocupação das ilhas. Além disso, foi mal informado sobre o número real de combatentes do PAIGC ali presentes, o que agravou os erros estratégicos da operação. Para justificar o insucesso da ofensiva,

refletido na prolongada duração dos combates e na derrota de um exército superior em número e em armamento, as autoridades militares portuguesas atribuíram as causas do fracasso a fatores geográficos, topográficos, climáticos e sanitários, bem como à insuficiência de reconhecimento aéreo e marítimo. Dessa forma, tentaram camuflar a sua incapacidade combativa e o arcaísmo estratégico das suas forças armadas, ao mesmo tempo que ensaiavam uma reinterpretação da história oficial da operação.(entrevista)

O esforço das autoridades portuguesas em justificar o insucesso da Operação Tridente manifesta-se claramente no relatório final da missão, onde se reconhece que as Forças Armadas portuguesas "não estavam, ainda, totalmente preparadas para uma contrainsurreição", o que as teria levado a adotar uma resposta baseada na sua estrutura militar convencional. Essa justificação, ao mesmo tempo em que admite limitação operacionais, inscreve-se numa tradição camoniana de preservação da honra do colonizador, na qual o fracasso é atribuído a fatores externos ou conjunturais, evitando a responsabilização direta das lideranças militares. Tal narrativa contribui para a manutenção de um viés historiográfico que persiste graça à ausência de uma contra narrativa sólida e rigorosa produzida por autores guineenses. Como resultado, instituições como a Academia Portuguesa de História permanecem, ainda hoje, prisioneiras de um egocentrismo histórico que remonta `Idade Média e que dificulta a construção de uma memória mais plural e crítica sobre o passado colonial. (entrevista)

3.2.3. As consequências da Operação Tridente

Cabral considera que, a operação tridente, embora planejada como uma ofensiva decisiva por parte das forças portuguesas, acabou por ter efeitos políticos favoráveis ao PAIGC. A retirada dos militares portugueses após quase três meses de intensos combates foi interpretada pelo movimento de libertação como uma clara capitulação do inimigo. Tal leitura tornou-se ainda mais expressiva considerando o apoio logístico e militar de que dispunham os portugueses, incluindo o suporte aéreo, os canhões do quartel de Catió, embarcações de guerra e reforços constantes em efetivos, armamento e munições. Para o PAIGC, o desfecho da batalha representou uma vitória moral e estratégica, apesar da pressão contínua e da superioridade bélica do adversário, as forças de guerrilha conseguiram resistir e manter a sua presença na região do Como. Nem os guerrilheiros nem a população civil abandonaram a ilha, o que reforçou a imagem de resistência e coesão entre o movimento e as comunidades locais. Em reconhecimento à importância simbólica e prática desse feito, a direção do partido, liderada por Luís cabral, visitou a

região pouco tempo após o fim da operação, numa missão de avaliação das condições da população e dos combatentes. O próprio Amílcar Cabral, ao refletir sobre os acontecimentos, reconheceu que, apesar do esforço e do planejamento militar português, as forças coloniais não conseguiram eliminar completamente a presença guerrilheira no Como, ainda que tenham conseguido reduzir temporariamente sua atividade na área. Essa leitura foi registada em sua análises e também amplamente divulgada por meio da propaganda do PAIGC, tanto no plano interno quanto internacional. (Cabral, 1974, 209 - 216)

Em entrevista à revista tricontinental, em 1969, Cabral declarou a operação como uma grande vitória do seu movimento, com certa ênfase retórica, afirmou que as tropas portuguesas mobilizadas totalizavam cerca de 3 mil homens, dos quais teriam perdido 900, além de grande quantidade de material bélico. Segundo ele, a região do Como permanecia como uma área libertada, sob o controle do PAIGC, essas declarações, embora possam conter exageros, demonstram como o partido explorou o resultado da operação para fortalecer sua legitimidade e moral de combate no cenário da luta de libertação nacional. (Cabral, 1974, pp. 65)

3.3. ANTECEDENTES PRÓXIMOS E REMOTOS DA "OPERAÇÃO MAR VERDE," REALIZADA EM NOVEMBRO DE 1970

Uma das preocupações de Spínola para enfraquecer o PAIGC era estancar o fluxo de abastecimentos, grande parte do qual era feito por via marítima e fluvial. Era importante negar ao PAIGC essa capacidade e, para isso, no início de 1969, foi realizado um vasto trabalho de recolha de informações sobre a frota de embarcações do PAIGC. No decorrer desse trabalho, soube-se que o PAIGC possuía, para além de três pequenos navios e de um número indeterminado de canoas e botes a motor, duas ou três lanchas rápidas do tipo P6, fornecidas pela União Soviética. Este país havia igualmente fornecido à Guiné-Conacri quatro lanchas rápidas do tipo Komar. Integrado no quartel-general de Spínola estava o corpo de operações especiais que, comando pelo capitão-tenente Guilherme Alpoim Calvão (dos fuzileiros), preparou e executou uma série de ações contra os meios navais do PAIGC. Estas consistiram em emboscadas fluviais montadas pelos fuzileiros, em botes pneumáticos, que tomavam de assalto os navios do PAIGC. Foram, assim, capturados e destruídos dois navios: O Patrice Lumbumba, do Congo, mas ao serviço do PAIGC (operação nebulosa, em agosto de 1969), e o Bandim (Operação Gata Brava, em fevereiro

de 1970, em território da Guiné-Conacri), este último especialmente importante para o movimento guerrilheiro. Em resultado destas operações, a capacidade de abastecimento do PAIGC foi severamente afetada. (Equipa do UTW, 2005, pp. 9)

Marinho sustenta que, apenas um número muito restrito de pessoas tem conhecimento do que se está a preparar. Depois de Spínola e Matos Rodrigues, Calvão fala da ideia da operação ao comandante da Defesa Marítima da Guiné, comodoro Luciano Bastos, que o encoraja a continuar a trabalhar nos preparativos.

Em finais de 1969, Spínola anuncia a Calvão que o Ministério de Ultramar tinha sido contactado por elementos dissidentes do regime da República da Guiné, que solicitava apoio para uma ação contra o presidente Sékou Touré. Os primeiros contactos datavam de 1966. É aqui que nasce a ideia de apoiar um golpe de Estado contra o regime de Conakry. E é neste preciso momento que nasce a operação mar verde. Voltamos ao mês de janeiro de 1970. A base operacional para treino da operação mar verde é estabelecida na ilha de Soga, no arquipélago dos Bijagós, a cerca de 220 quilómetros (120 milhas marítimas) do objetivo: Conakry.

Calvão estuda atentamente as tabelas de marés é enfermardes astronómicas. Decide marcar a operação para a madrugada de 21 para 22 de novembro (sábado para domingo), como maré-cheia e a lua a nascer à uma hora da manhã. (Marinho, 2006, pp. 64 - 75)

Nos próximos meses, vai fazer mais de uma dezena de viagens a Genebra e a Paris, quase sempre acompanhado pelo inspetor da PIDE, Matos Rodrigues. Naquelas cidades, desenvolvem contactos com um exilado guineense, Jean Marie Doré, que recolha fundos para a operação (seria mais tarde acusado de desviar boa parte do dinheiro recolhido), e outro dissidente do regime de Sékou Touré, como David Soumah, ex-membro de um governo de Leopold Senghor, Moussa Keita e Diallo Thierno, organizados Front de Libération de la Guinnée. Começam a ser redigidos os acordos que seriam estabelecidos com o governo português, depois de realizado o golpe de Estado, nomeadamente a garantia de que o novo governo guineense lutaria contra «os movimentos subversivos em território nacional», assim como o programa do governo e até uma nova constituição, onde se afirmava a instauração de um regime de democracia liberal do tipo ocidental, com a criação de instituições democráticas e a instauração de liberdade públicas.

Os países estrangeiros que participaram na preparação da agressão e que forneceram meios financeiros, materiais e técnicos: França, Portugal, Alemanha Federal, Inglaterra, EUA, Costa do Marfim e Senegal. (Marinho, 2006, pp. 64 - 75)

3.3.1. Operação Mar Verde (1970)

De acordo com Marinho, a Operação Mar Verde teve início às três horas da madrugada de domingo, no dia 22 de novembro de 1970, na cidade de Conacri. António Lobato acorda sobressaltado co uma ruído que lhe parece serem tiros de metralhadora. Se forem mesmo disparos, tudo se passa a alguma distância da casa-prisão do PAIGC, chamada «La Montaingne», onde o piloto da Força Aérea Portuguesa está encarcerado com mais duas dezenas de militares portugueses.

Entorpecido pelo sono e pelo calor húmido da cela, António Lobato tenta concentrar-se naquele ruído. Tem agora a certeza de que são disparos de armas automáticas, cada vez mais, próximos da prisão. Coloca a hipótese de se tratar de mais uma tentativa de golpe de Estado contra o presidente Sékou Touré, o homem que governa com mão de ferro a República da Guiné desde a sua independência, em 1958. Ao longo dos sete anos e meio de cativeiro, já tivera conhecimento de várias tentativas para derrubar o ditador, todas malsucedidas.

Os tiros soam cada vez mais perto. Lobato não tem dúvidas de que, seja quem for, se dirige para a prisão. No entanto, não receia pela vida. Os anos de estadia forçada na Guiné-Conakry, com todo o sofrimento acumulado, nunca lhe fizeram perder a esperança. As duas tentativas de fuga a última durariam oito dias eram a prova disso mesmo. Por isso, lobato habituara-se a esperar tudo, mesmo quando nada conseguia. Essa fé dera-lhe a força que lhe permitiu nunca ter desistido. (Marinho, 2006, pp. 14 -15)

Conforme Marinho, citado por Luís Cabral, Villa Silly foi realizado por um dos quatro grupos em que se dividira a equipa Zulo, liderada pelo tenente Cunha e Silva. Constituído por cerca de 70 fuzileiros especiais na maioria africanos, dividido em quatro grupos de assalto, era a equipa mais temível de toda força atacante.

Tinham chegado à praia 15 minutos depois das duas da manhã, em dez botes de borracha, largados dos navios Dragão e cassiopeia. Cada grupo, com um guia recrutado pela DGS, seguiu em direção aos objetivos, que incluíam a prisão do PAIGC, onde assim encontravam duas dezenas de militares portugueses, o quartel das milícias populares e as casas dos principais responsáveis do movimento guerrilheiros, Amílcar Cabral e Aristides Pereira.

O segundo grupo atacou as instalações do PAIGC, destruindo cinco edifícios e várias viaturas, tendo ainda abatido vários militantes que se encontravam nas instalações. As residências dos dirigentes independentistas foram também atacadas, mas nenhum deles foi capturado. Amílcar Cabral nem sequer se encontrava no país, o que constituiu uma

gravíssima falha por parte das informações recolhidas antes da operação, da responsabilidade da DGS.

De acordo com o relato de Luís Cabral, dirigente do PAIGC, os ataques «conseguiram fazer alguns estragos na residência do Amílcar, sem consequências graves. Só a sua esposa, Ana Mária sofreu uma lesão no tímpano, provocada pela explosão do obus lançado contra a residência. (Marinho, 2006, pp. 124 - 125)

3.3.2. As causas, protagonistas e objetivos da Operação Mar Verde

Segundo Marinho, a operação Mar Verde, desencadeada em novembro de 1970, foi resultado de uma complexa articulação de fatores políticos, económicos e militares, refletindo tanto as dinâmicas regionais da África Ocidental quanto o cenário internacional da Guerra Fria. Entre os principais elementos motivadores da ação, destacam-se:

Em primeiro lugar, a articulação internacional entre potências regionais e globais teve papel decisivo. Em um contexto marcado pela polarização ideológica, Portugal buscava apoio implícito ou tácito de países interessados em frear o avanço dos movimentos de libertação nacional nas colônias africanas. A pressão diplomática também desempenhou um papel relevante: a operação inseria-se num esforço mais amplo de isolar politicamente o regime de Sékou Touré, presidente da Guiné-Conacri, acusado de apoiar ativamente o PAIGC e outros movimentos anticoloniais.

No plano militar, destacava-se o fracasso das forças armadas coloniais portuguesas em conter os avanços do PAIGC na Guiné-Bissau. A contínua perda de terreno alimentava a ideia de recorrer a ações audaciosas e extraterritoriais, como forma de reverter o curso do conflito. O protagonismo crescente do PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, e seu controle efetivo sobre amplas zonas do território reforçavam essa perceção. Acreditava-se que a eliminação física de Cabral poderia desarticular o movimento e enfraquecer sua capacidade de resistência. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Nesse sentido, os objetivos táticos e logísticos da operação incluíam a destruição de armazéns esconderijos de armas do PAIGC em Conacri, diante da constatação da ineficácia da inteligência portuguesa junto às estruturas militares locais. Portugal pretendia, além disso, restaurar o controle estratégico da região, recuperando material bélico e neutralizando a infraestrutura de apoio ao PAIGC em território guineense-conacriense, incluindo a possível eliminação de suas lideranças políticas e militares. Outro fator relevante foi papel do Senegal e de seu presidente, Léopold Sédar Senghor, que entre 1975 e 1976, apreendeu grandes quantidades de armamentos pertencentes ao

PAIGC e permitiu o avanço de tropas senegalesas por vias estratégicas, comprometendo as operações de outros movimentos de libertação. Além disso, há indícios de um entendimento geoestratégico tácito entre Senegal, França, Alemanha Federal e Costa do Marfim, visando a divisão de esferas de influência na Guiné-Conacri. Esses países tinham interesse direto na exploração de recursos naturais, no treinamento militar de quadros em regiões como Tambacounda e na construção de infraestrutura militar estratégica, como bases aéreas com capacidade logística ampliada.

Todos esses fatores convergiram para justificar, do ponto de vista dos seus idealizadores, a agressão ao território soberano da Guiné-Conacri. A Operação Mar Verde revelou-se, portanto, uma ofensiva de profundo teor geopolítico e estratégico, cujos impactos ultrapassaram fronteiras nacionais e marcaram o curso da luta de libertação da Guiné-Bissau. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Entre os principais nomes envolvidos na operação, destacam-se, do lado das Forças Armadas portuguesas, António de Spínola (o principal idealizador da Operação Mar Verde), Rebordão Brito e Guilherme Alpoim Calvão. Do lado do PAIGC, salientamos Siaka Touré, Lasana Diané, Amícar Cabral e Sékou Touré.

3.3.3. Objetivos militares da operação Mar Verde

O plano da operação previa um anfíbio à cidade de Conacri, capital da República da Guiné, com diversos objetivos estratégicos e táticos:

a) Destruição de embarcações de guerra: neutralizar no porto as lanchas rápidas fornecidas pela União Soviética ao PAIGC (6 a 7 unidades equipadas com torpedos e mísseis).
b) Libertação de prisioneiros de guerra portugueses: resgatar detentos, incluindo o tenente António Lobato, capturado em 1963.
c) Ataque ao quartel-general do PAIGC: destruir sua base de comando e, se possível, capturar Amílcar Cabral.
d) Destruição de caças MIG-15 e MiG-17 no aeroporto de Conacri: neutralizar a capacidade aérea da Guiné durante a operação.
e) Desembarque de oposicionistas da FLNG (Front de Libération Nationale Guinéen): militantes treinados pelos portugueses durante sete meses na ilha de Soga seriam apoiados em um golpe de Estado e na tentativa de captura ou eliminação do presidente Sékou Touré. A bordo dos navios seguia um governo provisório.

3.3.4. Infraestruturas, alvos e meios da operação mar verde

Do ponto de vista de Marinho, a operação mar verde, levada a cabo pelas forças portuguesas em novembro de 1970, teve como principal obejetivo atingir e neutralizar infraestruturas estratégicas, alvos militares, políticos e simbólicos na cidade de Conacri, capital da República da Guiné. A intenção era clara: enfraquecer o apoio do do governo de Sékou Touré ao PAIGC, desarticulando a base logística e institucional do movimento de libertação e, se possível promovendo uma mudança de regime. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Alvos estratégicos e meios empregados na operação mar verde

A Operação Mar Verde, realizada em novembro de 1970, teve como objetivo desarticular a estrutura política, militar e logística do regime de Sékou Touré na Guiné-Conacri, considerado um dos principais apoios ao movimento liderado pelo PAIGC. Para isso, foram selecionados diversos alvos estratégicos distribuídos entre infraestruturas essenciais, instalações militares e pontos de comando político, com intuito de criar instabilidade no país e interromper o suporte logístico ao movimento de libertação da Guiné-Bissau. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Infraestruturas estratégicas

As forças portuguesas e os seus aliados tinham como missão sabotar pontos vitais ao funcionamento da capital guineense. Entre os alvos principais, encontravam-se o Aeroporto de Conacri, com a intenção de neutralizar qualquer capacidade de resposta aérea, e a central elétrica, cuja destruição visava mergulhar a cidade na escuridão durante os ataques, também foram visadas as estações de rádio e o sistema de telefonia sem fios (TSF), com o propósito de cortar as comunicações oficiais e impedir a mobilização da população e das forças armadas.

Outros alvos de relevo incluíam os correios, os serviços de ligação e o Banco Central da Guiné, considerado um símbolo da soberania económica do país. Além disso, foram atacados os estaleiros da marinha do PAIGC, o antigo estúdio da Rádio Guiné e a emissora de Boulbinet, todos eles fundamentais para a propaganda e difusão de mensagens oficiais. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Instalações militares e de segurança

A operação também visou desestabilizar a estrutura de segurança interna da Guiné. Foram atacados os quartéis da Gendarmaria Nacional, bem como a direção dessa força e o seu pelotão móvel. O comissariado da Avenida B e uma prisão de segurança também foram alvos, como forma de enfraquecer o aparato repressivo do regime. As milícias populares, importantes defensoras do governo de Touré, foram igualmente identificadas como inimigos prioritários a serem neutralizados.

Alvos políticos e governamentais

A ofensiva buscava atingir diretamente o núcleo do poder político guineense. Entre os principais alvos estavam o Palácio Presidencial e as residências ofíciais de Sékou Touré, onde se planejava sua possível eliminação. Outros pontos estratégicos incluíam os Ministérios do Interior e dos Negócios Estrangeiros, responsáveis pela segurança interna e pela diplomacia do país, além dos arquivos do Partido Democrático da Guiné (PDG/FDG) e da Federação de canacri. Um edifício identificado como "paternal", possivelmente relacionado à sede administrativa do partido, também foi visado. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Residências de lideranças e personalidades

De acordo com Marinho, o plano incluía o ataque a residências de personalidades políticas influentes e líderes ligados ao PAIGC. Foram alvos a casa de Lasana Beavogui, uma figura política de destaque no governo guineense, e a residência de Sayfoullah Diallo, outro importante dirigente. Estruturas associadas diretamente a Amílcar Cabral e ao movimento de libertação foram incluídas na lista de alvos, bem como um total denominado "Samory", provavelmente com valor simbólico ligado à luta anticolonial africana.

Outros alvos estratégicos

Entre os alvos adicionais estavam o alojamento de técnicos e conselheiros soviéticos, conhecido como o "alojamento dos russos", e a sede de um sindicato local, organizações vistas como colaboradores do regime de Touré e de sua política de alinhamento com o bloco socialista. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Meios e estratégia operacional

A execução da operação foi cuidadosamente planejada, com base em raides coordenados por comandos especializados, cada qual encarregado de atacar um ou mais alvos estratégicos. As ações incluíam a tentativa de sabotagem de central elétrica, a ocupação

das emissoras de rádio (não concretizada), a eliminação de Sékou Touré (também sem sucesso), e a destruição de edificios-chaves para o funcionamento do governo e da resistência armada. Ao todo, foram identificados 16 alvos principais. Apesar da ambição do plano, a operação não contou com apoio aéreo nem com armamento sofisticado, sendo executada com lanchas, botes pneumáticos e armamento ligeiro. O sucesso da missão dependia do fator surpresa e da rapidez das ações. Antes do ataque, em setembro de 1969, foi realizado um reconhecimento clandestino da cidade de Conacri, utilizando uma lancha disfarçada com a bandeira do APIGC e uma tripulação composta por marinheiros negros, estratégia que visava evitar qualquer suspeita. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Forças envolvidas

Cerca de 400 homens participaram da operação, a maioria deles militares africanos treinados para ações de comando, com preparação semelhante à dos mercenários. Entre os principais contingentes estavam:

- O destacamento de Fuzileiros Especiais Africanos 21, com 81 homens;
- A companhia de Comando Africanos, com 150 combatentes;
- Um pequeno grupo de paraquedistas;
- Cerca de 200 combatentes da Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLNG);
- Outros elementos selecionados por sua coragem e conhecimento da região.

Os participantes receberam formação especializada em técnicas de assalto, infiltração e sabotagem. A preparação foi realizada na ilha Soga, onde se concentravam os equipamentos de comunicação, o armamento (incluindo bazucas e morteiros de 60 mm) e as embarcações, algumas das quais estavam equipadas com canhões pesados. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

3.3.5 Participantes e desafios da operação mar verde de 1970

Segundo Marinho, a operação mar verde contou com a participação de diversos grupos militares e paramilitares, cada um desempenhando funções estratégicas específicas no contexto da intervenção. Entre os principais envolvidos estavam os fuzileiros portugueses, destacados para cumprir missões táticas no terreno; os comandos africanos, cuja missão incluía neutralizar o PAIGC, assassinar Amílcar Cabral e libertar prisioneiros de guerra portugueses, e as forças da FNLG (Frente Nacional de Libertação da Guiné), que mais tarde

se reorganizariam sob a designação de OULG (Organização Unificada para a Libertação da Guiné-Conacri), também envolvidas no apoio à operação. A atuação desses grupos inseria-se num contexto de crescente oposição à hegemonia cabo-verdiana na Guiné-Bissau. À época, uma parte expressiva da população local demonstrava resistência à liderança cabo-verdiana no seio do movimento independentista, o que impulsionou a adesão de muitos à FLING, organização que chegou a contar com mais de 20 mil combatentes sob jurisdição. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

Com a intensificação do recrutamento e o aumento da radicalização, surgiu a Liga Guinéu, também conhecida como organização para a Libertação da Guiné, fundada por Marcelino da Mata. Esta estrutura teve papel relevante na formação de comandos de elite na ilha de Soga, destacando-se nomes como o próprio Marcelino da Mata, Saied, Sissoco e Calvão, reconhecidos pelo seu desempenho militar nas ações contra o PAIGC. No entanto, a operação enfrentou diversos problemas não antecipados. As forças envolvidas não previam que teriam de enfrentar milhares de combatentes altamente treinados. Muitos guerrilheiros do PAIGC haviam recebido formação especializada no exterior, particularmente no Marrocos e na Argélia, com apoio de instrutores cubanos. Além disso, o assalto ao quartel da Guarda Republicana envolvia o confronto direto com unidades de elite das Forças Armadas da República da Guiné, que contavam com o suporte de conselheiros militares da então Checoslováquia. Essas dificuldades contribuíram para os entraves e limitações enfrentadas ao longo da operação. (Marinho, 2006, pp. 10 - 27)

CAPíTULO 4 - OS PREPARATIVOS PARA A INDEPENDÊNCIA DE 1973

Beija Santos afirma que, entre 1970 e 1971, o líder do PAIGC começou a congeminar uma fórmula que conduzisse a Guiné a um processo da independência, colocando a política externa portuguesa no seu mais doloroso impasse. Dada a intransigência de Lisboa, não subsistiam dúvidas que esse processo iria decorrer de modo unilateral. O propósito de Amílcar Cabral tinha também outro alvo: "a independência da Guiné poder precipitar o fim do colonialismo português." (Beija Santos, 2016, pp. 31)

No decurso da guerra, Cabral criara um mote de propaganda que foi incessantemente usado até a independência: os nacionalistas controlavam a maior a maior parte do território, os portugueses só dispunham das povoações e dos aquartelamentos fortificados. Dirá num comité das Nações Unidas que a situação da Guiné era comparável à de " um Estado independente que tem uma parte do seu território nacional, nomeadamente os centros urbanos, ocupada por forças militares estrangeiras" consoante as necessidades de argumentação propagandística irá acrescentando maior porção ao território libertado, chegará ao mesmo a referir que o PAIGC controlará mais de dois terços do território. De acordo com Santos, Cabral aproveita todas as fendas e interstícios para captar o reconhecimento internacional, o PAIGC vai progressivamente penetrando na opinião pública dos países ocidentais, e 1970 foi um ano decisivo, Cabral é acolhido em cuba, nos EUA, em Alma-Ata, em Roma estará presente na audiência concedida por Paulo VI aos líderes nacionalistas da África Portuguesa. O desastre do ataque a Conacri também reverteu a favor do PAIGC. 1971 irá consagrar um conjunto de apoios ao PAIGC por parte de governos ocidentais, com a Suécia à cabeça. E no início de 1972 Cabral foi convidado para intervir na primeira sessão que o conselho de Segurança realizava em África. Era também a primeira vez que um dirigente de um movimento de libertação comparecia perante o conselho de segurança. Segue-se a visita da missão especial da ONU que teve como desfecho o reconhecimento pela Assembleia Geral. Estamos já numa fase em que se cruzam diferentes diligências diplomáticas para negociar a autodeterminação e a independência. "Cabral vê que estão reunidas todas as condições para se fazerem eleição

da Assembleia Nacional Popular que levasse ao reconhecimento do Estado independente da Guiné-Bissau. O processo eleitoral prolonga-se por 1972." (Beija Santos, 2016, pp. 34)
O assassinato de Cabral, em 20 de janeiro de 1973, não quebrou a dinâmica deste movimento, por um lado, assistiu-se a um acréscimo substancial da ofensiva militar que conduziu, como o próprio Spínola reconheceu, a que a que a guerra tivesse sido alçada para um outro patamar, mais exigente, com armamento sofisticado, abrindo as portas até uma evolução da guerra de guerrilhas para um misto de guerra convencional. De 18 a 22 de julho, reuniu-se o II Congresso do PAIGC, na região Leste. Aristides Pereira, até então o braço-direito de Cabral, foi eleito como secretário geral, e Luís Cabral como secretário-geral adjunto. Vários autores observaram que o congresso decorreu como uma certa tensão, havia a necessidade imperiosa de tranquilizar os cabo-verdianos que tinha sido esmagadoramente metido na prisão em Conacri pelos nacionalistas guineenses nos acontecimentos à volta do assassinato de Cabral, mostrar que as diferenças tinham sido ultrapassadas. Entraram no secretariado permanente Francisco Mendes (Chico Té) e João Bernardo Vieira (Nino), eram respetivamente os comandantes das Frente Norte e Sul. No congresso deliberou-se que se iria convocar Assembleia Nacional Popular para proclamar a independência. (Beija Santos, 2016, 31-34)

4.1. Declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau em 1973

Beija Santos, a primeira intenção do PAIGC era proclamar a independência da Guiné-Bissau no sul do país, mas alguns camaradas do partido, depois de muitas análises, entenderam que a zona não oferecia condições para tal evento, porque parte do território ainda estava sob controle dos colonialistas, embora o sul fosse uma base forte do PAIGC, ainda havia operações militares e bloqueios portugueses, que dificultava a organização de um evento da magnitude da proclamação. Daí transferiram o evento para a região leste, concretamente Boé, que estava sob controle total do PAIGC. A região de Boé estava completamente libertada do domínio colonial português. Isso significa que o PAIGC poderia organizar a proclamação sem interferência militar portuguesa, o que não era garantido no sul, onde ainda havia presença significativa das tropas coloniais. Após o assassinato de Amílcar Cabral em janeiro de 1973, o partido optou por uma postura mais cautelosa, proclamar a independência em um local seguro e isolado, como Boé, permitia

garantir a segurança dos dirigentes e dos representantes internacionais presentes no ato. (Beija Santos, 2016, pp. 34 - 35)

Escolher uma região libertada e isolada como Boé dava maior legitimidade ao argumento do PAIGC de que já havia estabelecido um governo efetivo sobre grande parte do território nacional, contrariando a propaganda portuguesa de que mantinha o controle da Guiné.

O autor justifica que, em 23 e 24 de setembro, em Lugadjol, na região do Boé, reuniu esta assembleia. A sessão decorreu em precárias condições de segurança (havia mísseis Strella, mas não havia mecanismos de lançamento) e o corte de relações entre o Senegal e a Guiné Conacri impediu a presença da imprensa senegalesa, que teria proporcionado uma imediata repercussão mundial do acontecimento. Não era nove horas da manhã de 14 de setembro quando foi lida a proclamação do Estada da Guiné-Bissau: "Reunida na região libertada do Boé, a 24 de setembro de 1973, exprimindo a vontade soberana do povo, a Assembleia Nacional Popular proclama solenemente o Estado da Guiné-Bissau." Está carta da proclamação foi lida pelo comandante João Bernardo Vieira (Nino), aprovou-se a Constituição da República (Lei nº 1/73, de 24 de setembro) e diplomas complementares: a Lei nº 2/73, sobre a composição do Conselho de Estado, a Lei nº 3/73, dispondo que 12 de setembro (data do nascimento de Cabral) é Dia Nacional, atribui-lhe o título de Fundador da Nacionalidade e institui a Medalha Amílcar Cabral como condecoração nacional. (Beija Santos, 2016, pp. 34 - 35)

Conclusões

A presente dissertação procurou analisar o processo de desenvolvimento da luta armada de libertação na Guiné-Portuguesa entre 1960 e 1973, procurando identificar os principais fatores políticos, sociais, militares e internacionais que contribuíram para o desenvolvimento do conflito e para a consequente independência da Guiné-Bissau. A análise realizada permitiu compreender que a luta de libertação não resultou de um único acontecimento, mas de um processo histórico complexo, marcado pela combinação entre a repressão colonial portuguesa, a mobilização política das populações, a organização do PAIGC, a liderança de Amílcar Cabral, o apoio internacional e a evolução das estratégias militares de ambas as partes.

Um dos principais fatores identificados foi a natureza autoritária e repressiva do regime colonial português. A exploração económica, o trabalho forçado, a segregação racial, a ausência de direitos civis e a repressão política contribuíram para o agravamento das tensões entre a população guineense e a administração colonial. Neste contexto, o massacre de Pindjiguiti, ocorrido em 3 de agosto de 1959, assumiu particular importância, na medida em que demonstrou os limites da mobilização reivindicativa e sindical num contexto em que o poder colonial recorria à violência para impedir a contestação. O acontecimento tornou-se, assim, um importante catalisador da mudança de estratégia do movimento nacionalista, reforçando a opção pela luta armada.

A investigação mostrou igualmente que a passagem da mobilização política para a luta armada foi acompanhada por uma profunda transformação organizativa do PAIGC. Sob a liderança de Amílcar Cabral, o movimento desenvolveu uma estratégia que combinava a ação militar com a mobilização política e social das populações. A opção pela guerrilha permitiu explorar o conhecimento do território, a mobilidade dos combatentes e o apoio das populações rurais. Paralelamente, o PAIGC procurou estabelecer estruturas políticas e administrativas nas zonas sob o seu controlo, demonstrando que a luta não se limitava à dimensão militar, mas pretendia também construir uma alternativa ao poder colonial.

O início da luta armada, formalmente associado ao ataque ao aquartelamento de Tite, em janeiro de 1963, representou uma nova etapa no conflito. A partir desse momento, a guerrilha expandiu-se progressivamente e o PAIGC estruturou a sua atuação em diferentes

frentes de combate. A investigação evidencia, contudo, que a cronologia das primeiras ações armadas é mais complexa, existindo referências a operações anteriores a Tite, nomeadamente em 1962. Esta constatação demonstra a necessidade de considerar diferentes testemunhos e interpretações na reconstrução histórica do processo de libertação.

O Congresso de Cassacá, realizado em 1964, constituiu outro momento decisivo. O congresso permitiu ao PAIGC enfrentar problemas internos, reforçar a disciplina e reorganizar as suas estruturas políticas e militares. Entre as principais decisões encontraram-se a reorganização das Forças Armadas, a criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), a definição de comandos para as diferentes frentes e a estruturação das zonas libertadas. Foram igualmente desenvolvidas estruturas administrativas, judiciais, educativas e sanitárias, reforçando a capacidade do movimento para exercer formas de autoridade sobre as populações das áreas sob seu controlo.

A análise do Congresso de Cassacá permite, contudo, uma leitura mais complexa do processo de organização do PAIGC. Embora o congresso tenha contribuído para a consolidação política e militar do movimento, a documentação analisada também evidencia episódios de violência, punições e conflitos internos. Assim, a luta de libertação deve ser compreendida não apenas como um confronto entre o PAIGC e as forças coloniais portuguesas, mas também como um processo marcado por tensões internas, disputas políticas e diferentes experiências entre os seus protagonistas.

A Batalha de Como e a Operação Tridente, em 1964, demonstraram igualmente a importância da dimensão territorial da guerra. O conhecimento do terreno, a utilização de táticas de guerrilha e a mobilização das populações permitiram ao PAIGC resistir às operações militares portuguesas. Ao longo dos anos seguintes, o movimento foi aumentando a sua capacidade militar e política, enquanto as forças portuguesas enfrentavam dificuldades para controlar um território caracterizado por condições geográficas e climáticas adversas. A própria evolução da estratégia portuguesa demonstrou que a simples superioridade militar e tecnológica não era suficiente para eliminar a capacidade de resistência do PAIGC.

A partir de 1968, com a chegada de António de Spínola, Portugal procurou combinar a ação militar com uma estratégia política e social, através da política de “Uma Guiné Melhor”. Esta política procurava conquistar o apoio da população, através da construção de escolas, centros de saúde, estradas e outros serviços, enquanto pretendia diminuir a influência do PAIGC e responder às crescentes críticas internacionais ao colonialismo

português. Contudo, os resultados foram limitados, uma vez que a influência territorial e política do PAIGC continuou a crescer.

Outro elemento fundamental identificado pela investigação foi a dimensão internacional da guerra. O PAIGC beneficiou do apoio de Estados africanos e de países socialistas, nomeadamente através de armamento, formação militar e apoio político e diplomático. A existência de bases e estruturas de apoio na Guiné-Conacri constituiu um elemento essencial para a continuidade da luta. Ao mesmo tempo, a crescente condenação internacional do colonialismo português contribuiu para aumentar a pressão sobre Portugal. Assim, o conflito guineense não pode ser separado do contexto mais amplo da descolonização africana e da Guerra Fria.

Neste contexto, a Operação Mar Verde, realizada em 1970, representou uma tentativa portuguesa de alterar o curso da guerra através de uma operação realizada em território da Guiné-Conacri. Entre os seus objetivos encontravam-se a destruição das estruturas de apoio do PAIGC, a eliminação ou captura das suas principais lideranças e a desestabilização do regime de Sékou Touré. A operação resultou, contudo, no fracasso dos seus principais objetivos estratégicos e contribuiu para aumentar a repercussão internacional negativa da política colonial portuguesa. A sua realização demonstra também a dificuldade crescente de Portugal em conter o movimento de libertação exclusivamente através das operações convencionais.

Deste modo, a investigação permite responder à pergunta de partida: "quais foram os principais fatores que impulsionaram o desenvolvimento da luta armada de libertação na Guiné-Portuguesa entre 1960 e 1973?", afirmando que este desenvolvimento resultou da conjugação de vários fatores. Entre eles destacam-se a repressão e a natureza autoritária do sistema colonial português, o impacto do massacre de Pindjiguiti, a capacidade de mobilização política e social do PAIGC, a organização militar e estratégica do movimento, a liderança de Amílcar Cabral, o apoio das populações e o suporte internacional obtido pelo PAIGC. A hipótese inicialmente formulada é, portanto, sustentada pela análise realizada, embora se verifique que a repressão colonial, por si só, não explica todo o processo: a evolução da luta esteve igualmente dependente da capacidade organizativa e estratégica do movimento de libertação e das condições internacionais favoráveis à descolonização.

Por fim, o processo analisado culminou na declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973, em Boé. A escolha de uma região sob controlo do PAIGC permitiu realizar o ato num território considerado libertado e reforçar politicamente a ideia de que o movimento já exercia autoridade sobre uma parte

significativa do território nacional. A independência representou, assim, o resultado de um longo processo de luta política, militar e diplomática, desenvolvido ao longo de mais de uma década.

Em síntese, a luta armada na Guiné-Portuguesa entre 1960 e 1973 constituiu um processo de transformação progressiva de um movimento nacionalista numa estrutura político-militar capaz de disputar o controlo territorial e político ao Estado colonial português. O PAIGC conseguiu articular guerrilha, mobilização popular, organização administrativa e apoio internacional, enquanto Portugal, apesar da sua superioridade militar, não conseguiu neutralizar o movimento nem apresentar uma solução política capaz de preservar o domínio colonial. A proclamação da independência em 1973 simbolizou, por conseguinte, não apenas o resultado militar de uma guerra prolongada, mas também o desfecho de um processo político e social de afirmação nacional.

A análise deste percurso permite, finalmente, compreender que a independência da Guiné-Bissau foi construída através da interação entre resistência interna, organização político-militar, apoio internacional e enfraquecimento progressivo da capacidade portuguesa de manter o seu domínio colonial. O estudo do período 1960-1973 demonstra, por isso, a importância de analisar a luta de libertação guineense a partir de uma perspetiva multidimensional, capaz de integrar as experiências militares, políticas e sociais e, simultaneamente, as contradições internas do movimento e a complexidade do contexto internacional em que a descolonização ocorreu.

Referências Bibliográficas

Afonso, A. & Gomes, C. M. (2000). Guerra colonial. Lisboa: Editorial Notícias.

Amado, L. (2011). Guerra Colonial e Guerra de Libertação Nacional 1950-1974: O caso da Guiné-Bissau. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Andrade, M. P. de. (1998). Origens do nacionalismo africano: Continuidade nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961 (pp. 228). Publicações Dom Quixote.

Beja Santos, M. (2016). História da Guiné-Bissau: Da luta de libertação aos nossos dias. Edições Húmus, Lda.

Cabral, A. (1969). *Unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova.

Cabral, A. (1977). Unidade e luta - Volume II: A prática revolucionária (M de Andrade, Coord.). Lisboa: Seara nova.

Cabral, A. (1977). Unidade e luta: IIº volume. Lisboa: Empresa de Publicidade Sá da Bandeira Nova, S. A. R. L. (pp. 224)

Cabral, L. (1984). Crónica da libertação 1ª edição, Julho, pp.452

Cissoko, M. A. R. (1977). Histórias e historiografias: Caso da Guiné-Bissau. Seminário de Metodologia das Fontes, UNESCO-INIC-CNC, Bissau.

Felgas, A. M. (1958). A Guiné Portuguesa. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

Furtado, J. (2007). A guerra (episódio 9) [Série documental]. RTP. Testemunho de Agostinho de Sá.

Lopes, C. (1982). Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau. Lisboa: Edições 70.

Lopes, C. (1987). A transição histórica na Guiné-Bissau: Do movimento de libertação nacional ao Estado. Bissau, Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Marinho, A. L. (2006). Operação mar verde 1ª edição (Temas e Debates): Março de 2006.

Mourão, C. P. (2001). Guiné, sempre! (Testemunho de uma guerra). Coimbra: Edição Al. Calouste Gulbenkian.

Ndjai, T. (2013). O pensamento político de Amílcar Cabral: Suas Contradições na libertação da Guiné, Novas Edições Académicas.

Pereira, A. (2003). Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau-Cabo Verde. Editorial Notícias. Licença editorial por cortesia de Editorial Notícias.

Policarpo, F. (2010). A guerra da Guiné 1963-1974. Editora Quidnovi

Rodrigues, L. N. (2010). A esfera dos livros. 1ª edição: Março de 2010.

Sambu, Q. (1989). Ordem para matar: Dos Fuzilamentos ao caso das bombas da embaixada da Guiné. Edições: Referendo, Lda-Lisboa

Silva, A. D. (2004). Amílcar Cabral e o fim do Império-Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Silva, A. E. D. (2006). Guiné-Bissau: A causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. Cadernos de Estudos Africanos, (9/10), pp.142-167

Sousa, J. S. (2007). Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde: 1924-1973 (Tesis doctoral, Universidade de Coimbra (Portugal).

Tcheka, T. (2022). Guiné-Bissau: História e Memória - Luta de Libertação Nacional.